



# Anais da Assembléia

N° 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Jensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 81.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Colmbino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins, Renato Adur e Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

23 Senhores Deputados responderam a

chamada. Há quórum para deliberação.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 042/93

Curitiba, 25 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o anexo anteprojeto de lei que objetiva extinguir o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo art. 3º, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Essa Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei do qual resultou a referida Lei nº 10.219, de 21/12/92, dispondo sobre a Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais, assim como sobre a criação do Fundo de Previdência do Estado.

A Lei, iniciativa do Poder Executivo, inspirou-se na necessidade de modernizar o Estado, dando a todos os servidores uma previdência única e um único regime de trabalho. Para perenizar esta garantia, a lei resolveu determinar uma provisão de recursos em fundo especial, de caráter contábil, para desonerar no futuro o Tesouro do Estado com os pagamentos de pensões e aposentadorias. Imaginava com isso criar um instrumento capaz de, sem desequilibrar as finanças do Estado, garantir o futuro dos servidores públicos, todos os servidores, mesmo aqueles não abrangidos pela estabilidade, mas que durante toda a vida prestassem serviços ao Estado.

O Fundo criado não teria gastos com administração ou qualquer despesa com Conselho, jetons, auditoria, etc., por isso o art. 45 ressaltava que "a receita, as rendas e o resultado de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo serão empregados, exclusivamente, na consecução das finalidades previstas nesta Lei, na manutenção ou aumento do valor real de seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades-fins".

O pressuposto de funcionamento do Fundo era a integração e apoio incondicional e irrestrito dos servidores públicos, que não deveriam ver nele um novo órgão, fonte de vantagens salariais e corporativas, mas apenas um fundo de caráter contábil, cuja única vantagem é prover, para o futuro, as despesas com aposentadorias e pensões.

Já com seis meses de funcionamento, se pode ter uma avaliação mais precisa de como irá se comportar o fundo de previdência. Na verdade, houve mais críticas do

que apoio e é fácil vislumbrar que o corporativismo e o empreguismo como males que corroem o Estado, rapidamente se irão assentar no fundo. Já há reivindicações de jetons para os membros do Conselho, contratação de funcionários, auditores, logo mais virá sede e infra-estrutura, acabando por ser criado um novo órgão de gestão que haverá de consumir recursos do próprio fundo ou, o que é a mesma coisa, do erário estadual.

Por outro lado, o Estado é mau administrador de fundos, porque fica enredado em questões formais, tendo dificuldade de aplicar nos melhores investimentos, quando os administradores são sérios, e violações materiais quando não o são. A modernização do Estado, assim, não se fará com provisões de fundos, mas com a transparência na administração do pessoal. Esta transparência é uma meta a seguir, tendo este Governo dado passos importantes, apesar disto, toda a população sentiu a dificuldade de implantar uma isonomia salarial e sabe o quanto ainda falta para pôr em prática os parâmetros que a Constituição de 1988 somente esboçou.

O serviço público deve ter rigidez na contratação, somente por concursos claros e abertos, diminuir o número de cargos em comissão e as vantagens especiais, de tal forma que o salário seja conhecido como ele é não como uma base de cálculo para inúmeras, acumuladas e não raras vezes disparatadas vantagens.

Desta forma, é necessário alterar substancialmente o estatuto do funcionalismo, tornando os salários em realidades e não meras ficções que apenas servem para calcular remuneração e vantagens. Havendo esta clareza nos salários, haverá clareza nas pensões e proventos de aposentadoria, de tal forma que poderá se ter o cálculo, a cada momento, dos gastos com o pessoal ativo e inativo, conhecendo-se as disponibilidades e a possibilidade técnico-orçamentária de novas contratações. Esta é, aliás, a função do orçamento público.

Perde, assim, sentido o fundo de previdência, que pelo seu volume e disponibilidade acaba sendo uma porta aberta para maus negócios públicos e escusos negócios privados. Basta um governo eticamente reprovável ou criticável, para que o fundo sucumba frente ao corporativismo e a sinecura, como foi o destino de todos os congêneres criados no Brasil: FGTS, INSS e os múltiplos Montepios que não resistiram sequer à honradez das fardas militares.

Sendo assim, em defesa do erário estadual, em nome da ética e da moralidade pública, contra o corporativismo, encaminho mensagem de anteprojeto de lei no sen-

tido de extinguir o Fundo de Previdência do Estado do Paraná mantendo a garantia das pensões e aposentadorias a todos os servidores públicos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica extinto o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo art. 3º da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, arcando o Tesouro do Estado com todos os benefícios estabelecidos na referida Lei.

Art. 2º - O montante existente hoje no Fundo será revertido ao Tesouro do Estado.

Art. 3º - Ficam mantidos os descontos nas remunerações dos servidores públicos estabelecidos na Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 043/93

Curitiba, 25 de agosto de 1993.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade a criação do cargo de provimento em comissão de Diretor-Técnico do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná-FUNDEPAR, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Educação.

Até 15 de julho de 1991, a FUNDEPAR integrava a administração indireta sob regime fundacional, sendo sua direção superior exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria composta por uma Superintendência e uma Diretoria Administrativa-Financeira.

Porém, com o advento da Lei nº 9.663/91 a FUNDEPAR foi autarquizada.

A mudança de regime jurídico implicou também na alteração da estrutura organizacional da entidade, cujas diretrizes constam do Decreto nº 1776/92, consolidada pela implantação do novo Regimento Interno da autarquia - Portaria nº 023 de

04.05.93, publicada no DOE de 24.05.93 às páginas 23 à 35.

Segundo a nova composição organizacional, a direção superior da FUNDEPAR passa a ser exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva composta de uma Presidência, uma Diretoria Administrativa-Financeira e uma Diretoria Técnica.

A mesma Lei nº 9.663/91 promoveu a transformação dos cargos diretivos então existentes em cargos de provimento em comissão e o Decreto nº 9.871/91, dispõe sobre denominação e simbologia, sendo o de Diretor-Presidente - símbolo DAS-1 - e os demais Diretores - símbolo DAS-3.

Na prática, entretanto, a aludida transformação abrangeu somente os cargos já existentes, não incluindo a nova Diretoria Técnica, criada com atribuições determinadas, sem o correspondente cargo em Comissão - DAS-3, cuja criação depende da Lei específica.

É de salientar que - face às relevantes atribuições do órgão na promoção da educação pública paranaense - faz-se necessária a criação do cargo em tela, indispensável à plena configuração hierárquica da entidade e à complementação legal definitiva de sua composição.

Observe-se que à Diretoria Técnica competem todas as funções relativas ao planejamento, à execução, ao acompanhamento e à avaliação das atividades desempenhadas pela FUNDEPAR, entre as quais se destacam a pesquisa de dados com a respectiva atualização do cadastro educacional, as obras de manutenção, recuperação e ampliação de edifícios escolares e o fornecimento de materiais e equipamentos à rede de estabelecimentos do ensino público, num total de 1.300.000 alunos atendidos em todo o Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado, na estrutura do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná- FUNDEPAR, 1 (um) cargo de provimento em comissão com a denominação de Diretor-Técnico - símbolo DAS-3.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação própria do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 044/93

Curitiba, 25 de agosto de 1993.  
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, cumprimento de ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retro-mencionada baixou e fez publicar o Decreto nº 2.409, de 25 de junho de 1993.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a capacitação de docentes, aquisição de material didático, pedagógico e equipamento permanente. Em anexo fotocópia dos extratos dos convênios firmados e publicados no Diário Oficial da União nº 106, de 07.06.93.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### DECRETO Nº 2409

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual e da autorização contida no artigo 9º inciso III da Lei Estadual nº 10195, de 15 de dezembro de 1992,

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 19.299.655.000,00 (dezenove bilhões, duzentos e vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de ingresso de recursos da fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Demonstrativo da Receita conforme Anexo II deste decreto.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

Curitiba, terça, em 31.08.93

**Pág. 05**

as disposições em contrário.

Governador do Estado em exercício

(a) FERDINANDO SCHWENBURG

172° da Independência e 105° da República

Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral em exercício

(a) MÁRIO PEREIRA

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01
ANEXO AO DECRETO Nº 2409				CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IL	VALOR
3300	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	1	1	1
3304	SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO	1	1	1
2774	ADMINISTRAÇÃO DO CITEPAR	1	4120.001071L1	10.264.280
2779	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1	3120.001071L1	644.920
2781	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1	3132.081071L1	1.364.920
		1	3120.001071L1	6.955.535
TOTAL		1		19.229.655

ACRESCIMTO		ANEXO II	FL. 01
DO RECEITA		ANEXO AO DECRETO No. 2400	Cot 1 000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO		
	CENTRALIZADO		
11762 01 00	Convenios com Orgaos Federais	07	8 965 375
12462 01 00	Convenios com Orgaos Federais	07	10.264 280

**A Diretoria Legislativa.**

VIGÊNCIA 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MAURILIO DE AVELLAR HINDEL Ministro da Educação e Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR HINDEL Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAIMO Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVENIO No 023/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Secretária de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/MEFP: 7441A965/0001-21

OBJETIVO: No Projeto no 23025.001141/93-11.  
Capacitação de docentes, aquisição de material didático e equipamentos e equipamentos pedagógicos e básicos.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 000420182289.0000/900420182289.0004 e 000420182289.00002  
ELEMENTO DE DESPESA: 4340.41 e 4330.42

EMPENHO No: 93ME00295/93NE00396/93NE00392 e 93NE00397 de 10.05.93.

VALOR CONVENIO: Cr\$ 146.969.370.400,00

VALOR FNDE: Cr\$ 113.053.362.000,00

VALOR CONVENIENTE: Cr\$ 33.916.008.400,00

VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.

DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MAURILIO DE AVELLAR HINDEL Ministro da Educação e Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAIMO Secretário de Educação.

(01 - 02 - 0001)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Secretaria Executiva

EXTRATOS DE CONVENIOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGENCIA

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000238/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE NATAL - RN

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 08 241 747/0001-43

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00004928/92.

relacionado aos projetos n. 23027 001047/92-80, 23027 001048/92-42, 23027 001051/92-57.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890010

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 7933 de 22/12/92

No valor de Cr\$ 1.466.127.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 1.127.790.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 339.337.000.00

VIGENCIA: 150 dias a partir de 27/04/93

DATA E ASSINATURAS: 28/05/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E MARI DA CONCEIÇÃO LEMOS FILHO - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000030/93

CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE ICAPI - CE

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 10 393 593/0001-57

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00000934/92.

relacionado aos projetos n. 23014 001072/92-01.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890010

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 1511 de 22/04/92

No valor de Cr\$ 1.69.517.400.00 participando o FNDE com Cr\$ 30.378.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 39.119.400.00

VIGENCIA: 240 dias a partir de 19/01/93

DATA E ASSINATURAS: 28/05/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E JORGE ALBERTO TEIXEIRA CIRILO DA SILVA - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000210/93

CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE TRES CORACOES - MS

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 17 755 535/0001-19

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00004446/92.

relacionado aos projetos n. 23016 001624/92-48.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890000

ELEMENTO DE DESPESA: 344041

EMPENHOS N: 2774 de 24/11/92

No valor de Cr\$ 1.120.004.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 130.490.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 131.586.000.00

VIGENCIA: 210 dias a partir de 14/02/93

DATA E ASSINATURAS: 28/05/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E MAURILIO OLIVEIRA FILHO - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000234/93

CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE ALEXANDRIA DO - RJ

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 01 298 975/0001-00

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00002682/92.

relacionado aos projetos n. 23016 001624/92-48.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890008

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 4175 de 14/08/92

No valor de Cr\$ 30.050.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 37.300.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 11.550.000.00

VIGENCIA: 120 dias a partir de 27/04/93

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E MAURILIO OLIVEIRA FILHO - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000225/93

CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE SAO PAULO - SP

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 46.392.130/0003-80

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00000443/92.

relacionado aos projetos n. 23033 014813/92-23.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890001  
ELEMENTO DE DESPESA: 434042  
EMPENHOS N: 1008 de 22/04/92  
No valor de Cr\$ 6.542.816.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 3.048.320.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 1.918.496.000.00  
VIGENCIA: 300 dias a partir de 22/12/92  
DATA E ASSINATURAS: 02/06/93  
MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E PAULO SALIM MAIUS - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000178/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E SECRETARIA DA EDUCACAO - AL - AL

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 12 200 210/0001-79

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00000575/92.

relacionado aos projetos n. 23128 000087/92-67, 23128 000088/92-20, 23128 000089/92-92.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890007

ELEMENTO DE DESPESA: 344041

EMPENHOS N: 678 de 23/03/92

No valor de Cr\$ 8.813.116.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 4.779.320.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 2.033.796.000.00

VIGENCIA: 300 dias a partir de 22/12/92

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E WENALDO BULHOES BARROS - SECRETARIO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000261/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE SUIANA - PR

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 80.849.886/0001-43

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00000634/92.

relacionado aos projetos n. 23025 001398/92-38.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890008

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 3930 de 14/08/92

No valor de Cr\$ 149.883.500.00 participando o FNDE com Cr\$ 115.295.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 34.588.500.00

VIGENCIA: 210 dias a partir de 06/01/93

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E WILMAR JOSE SANGALETTI - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000266/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE MARAGUAPE - CE

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 07.763.051/0001-68

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00004792/92.

relacionado aos projetos n. 23014 001294/92-25.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890004

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 7697 de 21/12/92

No valor de Cr\$ 430.147.400.00 participando o FNDE com Cr\$ 330.878.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 99.269.400.00

VIGENCIA: 150 dias a partir de 28/03/93

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E PEDRO PESSOA CANHAR - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000260/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE VILHENA - RO

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 01.072.706/0001-01

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00004338/92.

relacionado aos projetos n. 23028 000507/92-61.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890006

ELEMENTO DE DESPESA: 344041

EMPENHOS N: 7094 de 02/12/92

No valor de Cr\$ 1.234.823.400.00 participando o FNDE com Cr\$ 947.403.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 287.420.400.00

VIGENCIA: 150 dias a partir de 10/03/93

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E ADEMAR ALFREDO SUCHEL - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000048/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE ALEXANDRIA-BU - BU

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 01.298.975/0001-00

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00004380/92.

relacionado aos projetos n. 23128 000745/92-39.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890010

ELEMENTO DE DESPESA: 434042

EMPENHOS N: 6793 de 17/11/92

No valor de Cr\$ 2.974.023.000.00 participando o FNDE com Cr\$ 1.287.710.000.00 e o CONVENIENTE com Cr\$ 486.313.000.00

VIGENCIA: 200 dias a partir de 07/02/93

DATA E ASSINATURAS: 02/06/93

MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - SECRETARIO EXECUTIVO DO FNDE E MAURILIO OLIVEIRA FILHO - PREFEITO

ESPECIE: Convenio de prorrogação do prazo de vigência n. 00000260/93  
CONVENIENTES: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E PREF MUN DE BOIANA - GO

Inscrita no COC/MEFP sob o numero 01.612.009/0001-23

OBJETIVO: Dar continuidade ao convenio n. 00003089/92.

relacionado aos projetos n. 23016 000890/92-01.

CREDITO ORÇAMENTARIO: Programa de Trabalho 804201882890008

ELEMENTO DE DESPESA: 344041

EMPENHOS N: 8408 de 31/12/92

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

## Gabinete do Ministro

## EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 157/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN.  
COC/HF: 24365710001-03.  
OBJETIVO: No Projeto nº 2312280067/93-69, Avellar a eficácia dos Sistemas Educacionais públicos do R.O. do Norte através do uso planejado de tecnologia educacional e contribuir para a democratização do Ensino Fundamental através da consolidação do Múltiplo de Tecnologia da UFRN.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0001.  
ELEMENTO DE DESPESA: 459051.  
NOTA DE CRÉDITO: Nº 93NE0030 de 21/05/93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 21.000.000.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 21.000.000.000,00.  
VIGÊNCIA: 320 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e GERALDO DOS SANTOS - Diretor.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 159/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG.  
COC/HF: 211272550.0001-69.  
OBJETIVO: No Projeto nº 2312280067/93-63, Reforma e adaptação do espaço físico para prática de Educação Física do Colégio de Aplicação João XVIII.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0003.  
ELEMENTO DE DESPESA: 3490.39.  
NOTA DE CRÉDITO: Nº 93NE0031 de 21/05/93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 3.100.000.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 3.100.000.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 27.05.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e JOSÉ PASSINI - Diretor.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 162/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001145/93-38, Capacitação de professores da educação, realização de seminários, reuniões técnico-pedagógicas e seminário de Educação sem fronteira.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0002.  
ELEMENTO DE DESPESA: 3430.41.  
EMPENHO: Nº 93NE0038 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 9.287.757.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 9.287.757.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 2.050.717.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAHÃO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 163/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001145/93-63, Aquisição de equipamentos e capacitação de recursos humanos.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0004.  
ELEMENTO DE DESPESA: 4530.42.  
EMPENHO: Nº 93NE0041 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 20.000.000.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 16.000.000.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 4.000.000.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAHÃO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 164/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001146/93-40, Aquisição de equipamentos, acervo bibliográfico e material didático.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0449/0004101902290.0459.  
ELEMENTO DE DESPESA: 3430.41/4530.42.  
EMPENHO: 93NE0039/93NE0037 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 34.030.576.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 24.187.520.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 7.853.056.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAHÃO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 165/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001146/93-26, Aquisição de equipamentos e capacitação de docentes.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0002/0004201802289.0004.  
ELEMENTO DE DESPESA: 4530.42/3430.41.  
EMPENHO: 93NE0039/93NE0040 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 4.391.000.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 3.377.754.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 1.013.246.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAHÃO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 159/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão - MA.  
COC/HF: 06354476/0001-07.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23017.000120/93-26, Treinamento de R.H., recuperação de unidades escolares e aquisição de equipamentos e material didático para melhoria do Ensino Fundamental.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0000/0004201802289.0003 e 0004201802289.0002.  
ELEMENTO DE DESPESA: 3430.41.  
EMPENHO: Nº 93NE00434/93NE00433 e 93NE00435 de 21.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 154.577.295.400,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 140.524.814.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 14.052.481.400,00.  
VIGÊNCIA: 260 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e FERNANDO DA COSTA CASTELLO BRANCO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 162/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão - MA.  
COC/HF: 06354476/0001-07.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23017.000124/93-09, Aquisição e distribuição de Acervo Bibliográfico e equipamentos para unidades escolares do Ensino Supletivo.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0051.  
ELEMENTO DE DESPESA: 4530.42.  
EMPENHO: Nº 93NE00436 de 21.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 29.535.392.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 26.068.538.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 2.466.854.000,00.  
VIGÊNCIA: 200 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 02.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e FERNANDO DA COSTA CASTELLO BRANCO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 164/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão - MA.  
COC/HF: 06354476/0001-07.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23017.000127/93-63, Construção e ampliação de Unidades Escolares e aquisição e distribuição de equipamentos para expansão do Ensino Fundamental.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0010/0004201802289.0004/0004201802289.0003.  
ELEMENTO DE DESPESA: 4530.42.  
EMPENHO: Nº 93NE00437/93NE00438 e 93NE439 de 21.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 329.092.039.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 286.399.596.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 42.692.443.000,00.  
VIGÊNCIA: 260 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e FERNANDO DA COSTA CASTELLO BRANCO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 165/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001139/93-61, Implementação do Sistema de Registro Escolar através da aquisição de equipamentos, bem como, realização de Seminários e Encontros para acompanhamento e avaliação.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0004.  
ELEMENTO DE DESPESA: 4530.42.  
EMPENHO: Nº 93NE00391 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 13.000.000.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 10.000.000.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 3.000.000.000,00.  
VIGÊNCIA: 250 dias a contar da data da publicação.  
DATA E ASSINATURAS: 03.06.93 - MURILIO DE AVELLAR HINGEL - Ministro da Educação e do Desporto, MAURILIO LEMOS DE AVELLAR FILHO - Secretário Executivo do FNDE e ELIAS ABRAHÃO - Secretário de Educação.

ESPECIE: CONVÊNIO Nº 166/93.  
CONVENIENTES: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - PR.  
COC/HF: 74416965/0001-21.  
OBJETIVO: No Projeto nº 23025.001140/93-75, Elaboração de material didático, aquisição de material pedagógico permanente, aquisição de acervo bibliográfico, aquisição de equipamentos e capacitação de professores.  
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 0004201802289.0051.  
ELEMENTO DE DESPESA: 3430.41/4530.42.  
EMPENHO: Nº 93NE00390/93NE00389 de 18.05.93.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 21.796.632.000,00.  
VALOR FNDE: Cr\$ 16.766.640.000,00.  
VALOR CONVÊNIO: Cr\$ 5.029.992.000,00.

MENSAGEM N° 045/93

Curitiba, 25 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 25 da Lei Estadual n° 10.039, de 16 de julho de 1992 e no artigo 8° da Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, comunicamos que procedemos a 2ª correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para 2ª correção foi de 80%, sendo que o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, acumulado no trimestre foi de 112,05%, referente a 28,37% do mês de abril, 26,78% do mês de maio e 30,30% correspondente à estimativa do índice para o mês de junho. A correção de 80% foi estipulada em função da projeção das receitas estaduais.

Sendo que foram obedecidas as regras de estatística, no que se refere aos arredondamentos, o Orçamento Geral do Estado passou a ter a seguinte composição (em valores monetários da época):

	Em Cr\$ milhões
- ORÇAMENTO FISCAL	104.066,418
- ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (excl. transf.do Tes.)	27.996.601
- PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (excl. transf. do Tesouro)	274.633.067
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>406.696.086</b>

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as minhas expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 046/93

Curitiba, 25 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com Serviços de Terceiros e Encargos do Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recursos para a cobertura de crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
QUANTO				CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DO IPROC
I		IDESPESA I	IRI		ICOF
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
		I	I I I		I
		I	I I I		I
4490	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	I	I I I		I
		I	I I I		I
2721	ADMINISTRACAO GERAL - DER	I	3120.00150111	25.000.000	10654
		I	3132.08150111	35.000.000	10654
		TOTAL I		60.000.000	I



I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01	I	
J ANEXO						CRS 1,00 (REAL)	I	

resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Hermas Brandão, que pede, ao Secretário de Estado dos Transportes, esclarecimentos sobre "Os 100 Melhores Salários Pagos aos Funcionários do Porto de Paranaguá". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFÍCIO N° 179/93-O.E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 23 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que através do despacho por mim proferido nos autos de Mandado de Segurança n° 26.979-0, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Partido dos Trabalhadores - PT e impetrada a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mantive o que ficara anteriormente decidido, reiterando o deferimento da medida liminar, para o fim de suspender, até o julgamento final do presente mandamus, os trabalhos nas comissões permanentes e temporárias dos integrantes do chamado "Bloco Parlamentar Independente".

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) Des. LIMA LOPES - Relator

OFÍCIO N° 183/93

Curitiba, 31 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente nas sessões dos dias 02, 09, 16, 17 e 18 de agosto deste corrente mês, devido aos trabalhos externos em Comissão Especial, tomo a liberdade de solicitar de Vossa Excelência justificativa às minhas faltas.

Sendo só o que se me oferece para o momento, permita-me ao ensejo, apresentar-lhe as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N° 501/93

Curitiba, 23 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Com respeitosos cumprimentos, venho a Vossa Excelência, para justificar as minhas faltas nas sessões dos dias 25, 26 e 30 do corrente mês, em virtude de viagem à Marechal Cândido Rondon, onde participarei da posse da nova diretoria da Associação Comercial e da Convenção Lojista do Paraná, que se realizará de 25 a 30 de agosto do ano andante.

Certo de vossa compreensão, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) ÉLIO RUSCH

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a indicação do Deputado Djalma de Almeida César, para integrar a Comissão de Reforma a Constituição, pelo PMDB.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO N° 3178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 012/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área conforme específica, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do município de Espigão Alto do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

### REQUERIMENTO N° 3202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 437/93, 438/93 e 421/93. Tal pedido se faz à necessidade de apreciação das mensagens dos Poderes Judiciário e Tribunal de Contas e Ministério Público que trata dos reajustes dos funcionários dos respectivos poderes.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) PAULO MAIA

### REQUERIMENTO N° 3142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 395/93.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

### REQUERIMENTO N° 3144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 184/93 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 3176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Projeto de Lei n° 437/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Projeto de Lei n° 438/91, de autoria da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, da Ordem do Dia de hoje, e a reinclusão dos mesmos na Sessão do dia 31 do corrente.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 3204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, haja por bem Vossa Excelência indicar os 05 (cinco) membros que acompanharão as operações de Venda das Ações da TELEPAR, de propriedade do Estado do Paraná, sendo os seus componentes intimados da colocação das referidas ações no mercado de balcão ou em pregão na Bolsa de Valores do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 3203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, nos termos do art. 90, inciso V, da Constituição do Estado, tendo em vista que até a presente data, Sua Excelência o Senhor João Olivir Gabardo, DD. Ouvidor-Geral não respondeu ao Ofício n° 3.231, datado de 20/06/93, desta Casa de Leis, seja responsabilizado, na forma da Lei.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 3170

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. MARIA DA LUZ CASTANHO DE SOUZA, ocorrido dia 19 de agosto, em Ponta Grossa.

A Sra. Maria, era casada com o Sr. Laudomiro de Souza, e deixa os filhos Acir, Alcides e Josefina.

Pessoa de grande estima, que preocupava-se com a situação do irmão desamparado.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 3186

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Laertes Maranhão, ocorrido em 18 de agosto do corrente.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. Deixou muitas saudades em todos que o conheciam. É uma enorme perda a todos!

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 3187

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Estefano Bodziak, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e de todos que o conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda, deixando muitas saudades a todos!

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 3191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento dos irmãos: Onofre Renato Camilotti e Vera Lúcia Camilotti Silveira, ocorrido dia 23 de agosto/93.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente de trânsito, faleceram os irmãos: Onofre Renato Camilotti e Vera Lúcia Camilotti Silveira, em data de 23 de agosto.

Os extintos eram membros de tradicional família do Município de Clevelândia.

Onofre Renato Camilotti, que era industrial, deixou viúva Dona Clari Bernardon Camilotti e as filhas Bárbara, Gabriela e Emanuelle.

Vera Lúcia Camilotti Silveira era Engenheira Florestal. Deixou viúvo o Senhor Edson Silveira e as filhas Giovana e Camila.

O passamento dos irmãos Onofre Renato e Vera Lúcia, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este De-

O destino privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seus servos Onofre Renato e Vera Lúcia.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Onofre Renato e Vera Lúcia e o descanso de ambos não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Senhor, abençoei a família dos extintos, especialmente seus pais, Senhor Guilherme Camilotti e Dona Angelina Camilotti, que estão inconsoláveis com a perda de seus filhos, rogando para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seus servos Onofre Renato e Vera Lúcia sob Sua contante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Camilotti Silveira endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 3193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Adelaide Del Padre Giroldo, ocorrido no dia 26.08.93, no Município de Andirá-Pr.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Adelaide Del Padre Giroldo, de tradicional família andiraense, pioneiros dos tempos difíceis, em que tudo estava por fazer, foi companheira dedicada de seu esposo Nelson Giroldo, que pelo seu talento, persistência e coragem se tornou empresário de Sucesso, sendo uma das alavancas do

crescimento da cidade em sua atividade de extração mineral.

Ao seu lado, a esposa devotada, a mãe extremosa, legando aos filhos um patrimônio indestrutível: a honestidade, a união, o amor, ligando uns aos outros no trabalho de preservação e progresso dos bens deixados pelo pai. A virtude, a coragem o desprendimento de Dona Adelaide Del Padre Giroldo, ficará para sempre, como exemplo, para toda uma comunidade que aprendeu a respeitá-la e admirá-la.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO N° 3206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Zélia Simeão Poplade, ocorrido no dia 25 de agosto do corrente ano, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro dos sistemas de um passado não muito distante, a Família Poplade, criou suas raízes no Litoral e deixou marcas lá e aqui na Capital do Estado. A educação dos filhos, foi o princípio básico de todos, e nesse particular registra-se o trabalho da veneranda Senhora Zélia Simeão Poplade, que nos seus 82 anos de existência, mostrou ao mundo, a realidade de um espírito ativo, participativo, destacado, e acima de tudo qualificado com a miséria de uma veia poética, de origem natural, baseado nos princípios da natureza.

No último dia 25 de agosto, os sentimentos de dor foram constantes, com o seu falecimento, onde a saudade é o limite do realismo, e isso entristeceu a todos que tinham a felicidade de usufruir de sua amizade.

#### REQUERIMENTO N° 3217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, via fax, aos Deputados Federais paranaenses solicitando a aprovação do projeto de lei que garante o salário-maternidade às mulheres trabalhadoras rurais.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

As mulheres, em sua luta pelos direitos enquanto trabalhadoras, pautam suas atividades em dois eixos:

1. Buscar a igualdade de condições com os trabalhadores do sexo masculino.
2. Ressalvar aquelas condições que dizem respeito à sua função reprodutora, por considerar a maternidade como função social.

No Brasil são 4 milhões de camponesas e pescadoras artesanais trabalhando em serviços muito desgastantes, e quando engravidam não têm assegurado os mais elementares serviços de saúde, trabalhando até poucos dias antes do parto e que após o nascimento de seu filho não têm os direitos ao salário maternidade, direitos estes já garantidos às trabalhadoras urbanas.

Por entender que este projeto vem proteger a maternidade reafirmando-a como de interesse da sociedade é que solicitamos sua defesa e aprovação pelos deputados federais paranaenses.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 456/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Dr. Diogo Emanuel de Almeida, o trecho da PR-153, que liga Imbituva a Irati.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Diogo Emanuel de Almeida foi Prefeito que muito fez pela Cidade de Imbituva e que merece sem dúvida a homenagem que hoje propomos aos Nobres Pares deste Poder Legislativo.

PROJETO DE LEI N° 457/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "Centro Comunitário", no Município de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) SEVERINO FÉLIX

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter estritamente beneficente, que tem por finalidade promover a solidariedade humana, amparando a criança, o jovem, e a família carente, dando assistência e orientação a educação,

alimentação, saúde e recreação, desde a fundação, o Centro Comunitário atende diariamente 160 crianças com a faixa etária de 03 meses a 14 anos.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento Público Estadual.

PROJETO DE LEI N° 458/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de CAMPINA DO SIMÃO, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Campina do Simão, com as seguintes divisas:

"Começando na confluência do Rio Piquiri com o Rio Caçador na linha poligonal perimétrica em confrontação com terras que pertenceram ao Município de Pitanga-Pr, hoje Santa Maria do Oeste, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Piquiri no sentido ascendente com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a estrada Municipal GA-125. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA-125, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a encruzilhada com a Estrada Municipal GA-134. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela GA-134, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos até encontrar a encruzilhada com a Estrada Municipal GA-124. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA-124, confrontando com terras do Município de Turvo-PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o Rio do Veado na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio do Veado no sentido descendente confrontando com terra do Distrito de Palmeirinha-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o Rio Baú na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Baú no sentido ascendente confrontando com terras do Distrito de Palmeirinha-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a cabeceira do Rio Baú na linha perimétrica. Deste ponto segue por linha seca e divisória com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Distrito de Palmeirinha-Pr., até encontrar a cabeceira do Arroio Divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória com um percurso retilíneo confrontando com terras do Distrito de Palmeirinha-Pr., até encontrar a Encruzilhada do Tiné nas GA-471 e GA-132

na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela GA 132 confrontando com terras do Município de Cantagalo-PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o Rio Cachoeira na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Cachoeira em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo-PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri na linha perimétrica. FINALMENTE: Segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Piquiri no sentido ascendente confrontando sucessivamente com terras que pertenceram ao município de Pitanga-Pr., atualmente Santa Maria do Oeste-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri com o Rio Caçador na linha perimétrica, onde começou e que encerra a descrição da inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO  
DE CAMPINA DO SIMÃO:

"Começando na estação P.P.O. na ponte sobre o Rio Barbosa e a estrada de rodagem que se dirige para o Grongoró, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Barbosa no sentido descendente confrontando com terras de Irmãos Losso Ltda., com vários rumos sucessivos e distâncias até alcançar a confluência do Rio Barbosa e o Rio Tigre e/ou Capivara na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio do Tigre e/ou Capivara no sentido ascendente com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Tigre e/ou Capivara com o Rio Campina na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Campina em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Sr. Palermo B. de Castro e outros, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Campina a/ou Arroio do Tanque com o Arroio do Castro na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Arroio do Castro no sentido ascendente confrontando com terras do Sr. Palermo B. de Castro, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar uma linha seca poligonal perimétrica na divisa com as terras do Sr. Palermo B. de Castro e Sra. Maria Clara. Deste ponto segue pela linha seca poligonal perimétrica com percurso retilíneo confrontando com terras pertencentes à Sra. Maria Clara até encontrar uma ponte sobre o Arroio do Pedro Barbosa e uma es-

trada geral de rodagem na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Arroio do Pedro Barbosa no sentido descendente confrontando com terras do Sr. Misael de Paula Freitas, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o Rio do Tigre e/ou Capivara. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio do Tigre e/ou Capivara no sentido descendente confrontando com terras do Sr. Misael de Paula Freitas, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar uma linha seca e divisória com terras de Irmãos Losso Ltda. FINALMENTE: Segue por linha seca e divisória com um percurso retilíneo, confrontando com terras de Irmãos Losso Ltda., até encontrar a ponte sobre o Rio Barbosa e a estrada de rodagem descrita na inicial, onde começou e encerra a demarcação desta área".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Lourenço Fregonese, Mário Bezerra, Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch e Namir Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem ao encontro de antiga aspiração da comunidade local, que há tempos vem reivindicando sua emancipação do município de Guarapuava, atualmente com enorme extensão territorial.

Considerando-se que o Distrito de Campina do Simão reúne todas as condições exigidas por Lei, para sua emancipação, esperamos de nossos pares nesta Casa, a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 459/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Palmeirinha, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área de Palmeirinha, acrescida de parte do setor censitário 97, setor 98, 99 e 100 (censo/91), do Município de Guarapuava, com as seguintes divisas:

"Começando na GA-125 e próximo da margem do Rio Piquiri na linha perimétrica em confrontação com terras do Distrito da Campina do Simão-Pr., segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Piquiri no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Turvo-PR., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o Rio Paiquerê, na linha

perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita do Rio Paiquerê, no sentido ascendente, confrontando com terras do município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar uma linha seca divisória perimétrica. Deste ponto, segue pela linha seca poligonal perimétrica, com percurso retilíneo confrontando com terras do município de Turvo-Pr., com rumo de NW 60°00'SE, mediu-se 6.500,00 mts. até encontrar a margem do Rio do Jacu, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Arroio do Jacu, em sua margem direita no sentido ascendente, confrontando com terras do município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a Rodovia PR-460, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela Rodovia PR-460, que se dirige de Turvo-Pr., para Palmeirinha, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a encruzilhada da referida Rodovia PR-460, com a GA-313, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela GA-313, confrontando com terras do município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a margem do Arroio Fundo, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela margem direita do Arroio Fundo, no sentido ascendente confrontando com terras do município de Guarapuava-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a estrada municipal GA-101, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela GA-101, confrontando com terras do município de Guarapuava-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a margem do Rio Coutinho, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela margem direita do Rio Coutinho, no sentido descendente, confrontando com terras do município de Guarapuava-Pr. Cruza a ponte e a Rodovia PR-460, que se dirige para o município de Turvo-Pr., com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminharmento de ordenadas 30.300,00 mts. até encontrar a ponte de concreto do Rio Coutinho e a BR-Panamericana 277, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela Rodovia Panamericana BR-277, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr., com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminharmento de ordenadas 15.750,00 mts, até encontrar a ponte de concreto da Rodovia Panamericana BR-277 e o Rio Campo Real, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita do Rio Campo Real, no sentido as-

cedente confrontando com terras do município de Cândói-Pr, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminharmento de ordenadas, até encontrar com a confluência do Rio dos Porcos. Deste ponto segue pelo Rio dos Porcos no sentido ascendente, confrontando com terras do município de Cândói-Pr., até encontrar a GA-126, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Estrada GA-126, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr., até encontrar a GA-150. Deste ponto segue pela Estrada GA-150, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr., até encontrar a GA-128. Deste ponto segue pela Estrada GA-128, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Estrada GA-128, confrontando com terras do município de Cândói-Pr., até encontrar o Rio do Poço na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio do Poço, confrontando com terras do município de Cantagalo-Pr., até encontrar a GA-149. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela GA-149, confrontando com terras do município de Cantagalo-Pr., até encontrar a GA-132, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica, constituída pela GA-132, confrontando com terras do município de Cantagalo-Pr., até encontrar a Encruzilhada do Tiné, na GA-132, com a GA-471, na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória, com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a cabeceira do Arroio Divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória com um percurso retilíneo, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a cabeceira do Rio Baú, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pelo Rio Baú, até encontrar a confluência com o Rio do Veado. Deste ponto segue pelo Rio do Veado, no sentido ascendente, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-124, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela GA-124, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-134, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela GA-134 confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-125, na linha perimétrica. FINALMENTE, segue pela GA-125 confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o Rio Piquiri, na linha perimétrica, onde começou e encerra-se a descrição da inicial.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO  
URBANO DE PALMEIRINHA:



"Começando no P.P.O.M.I., cravado na linha poligonal perimétrica junto da esquina com a Rua D. Pedro II e a Rua Emílio de Campos, segue por linha seca poligonal perimétrica confrontando com terras pertencentes à sucessores de Cipriano M. de Campos, com um percurso retilíneo a rumo de SW 5°.00'NE e mediu-se 186,00 mts., até encontrar o limite do acostamento da Rodovia PR-460 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo limite do acostamento da Rodovia PR-460, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Maria Berger da Silva e outros. Mediu-se 482,00 mts, até encontrar uma cerca de arame na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída por uma cerca de arame com o rumo SW 34°.00'NE. Mediu-se 18,00 mts. até encontrar o marco IV. Deste marco segue por linha seca perimétrica com um percurso retilíneo acompanhando a Avenida Manoel Moreira de Campos, com o rumo de NE 18°.30'SW mediu-se 665,00 mts., até encontrar a Rua Antonio França. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Antonio França, confrontando com terras pertencentes a sucessores de Maria Berger da Silva, com um percurso retilíneo a rumo de SE 71°.30'NW e mediu-se 353,00 mts., onde encontra-se a esquina com a Rua Emílio de Campos. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Emílio de Campos com um percurso retilíneo a rumo de SW 18°.30'NE. Mediu-se 120,00 mts., até encontrar a esquina da Rua Alípio Marcondes na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Alípio Marcondes, com um percurso retilíneo a rumo de SE 71°.30'NW e mediu-se 70,00 mts., até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica com um percurso retilíneo com o rumo de SW 18°.30'NE mediu-se 220,00 mts., até encontrar a Rua João de Deus Biscaia. Deste ponto segue por linha seca perimétrica com um percurso retilíneo, acompanhando a rua João de Deus Biscaia com o rumo de SE 71°.30'NW mediu-se 52,00 mts., até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo prolongamento da Rua Eugênio Branco com o rumo de SW 18°.30'NE mediu-se 55,00 mts., onde encontra-se a Estrada para o Cêro Verde. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Estrada que se dirige para o Cêro Verde, com o rumo de SE 87°.30'NW mediu-se 66,00 mts., até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha sêca poligonal perimétrica confrontando com terras do Imóvel denominado Butiá, com os rumos sucessivos de SE 1°.0'NW mediu-se 80,00 mts., a rumo de SE 23°.30'NW . mediu-se 64,00 mts., até encon-

trar a linha perimétrica na divisa com as terras de sucessores de Cipriano M. de Campos. FINALMENTE, segue pela linha perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Cipriano M. de Campos, com os rumos sucessivos de SW 83°.30'NE, mediu-se 28,00 mts., a rumo de SW 75°.00'NE, mediu-se 62,00 mts., a rumo de SW 69°.0'NE mediu-se 260,00 mts., até encontrar o P.P.O.M.I, descrito na Inicial, onde começou e encerra a descrição.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.93

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamto: Mário Bezerra, Luiz Carlos Zuk, Lourenço Fregonese, Namir Piacentini e Élio Rusch.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem ao encontro de antiga aspiração da comunidade local, que há tempos vem reivindicando sua emancipação do município de Guarapuava, atualmente com enorme extensão territorial.

Considerando-se que o Distrito de Palmeirinha reúne as condições exigidas por Lei, para sua emancipação, esperamos de nossos pares nesta Casa, a aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrada a leitura do Expediente, passamos ao Pequeno Expediente.

Antes porém esta Presidência solicita a atenção dos Senhores Deputados tendo em vista o Ofício nº 179/93 do Tribunal de Justiça lido no Expediente e que nos traz despacho proferido nos autos de mandado de segurança nº 26.979 e que figura como impetrante o Partido dos Trabalhadores e impetrada a Mesa da Assembléia Legislativa quanto a participação do Bloco Parlamentar Independente nas Comissões, tendo em vista a liminar concedida pelo nobre Desembargador Lima Lopes, esta presidência após lido no Expediente encaminha este ofício à Diretoria Legislativa e desde já determina que fica suspensa a participação do Bloco Parlamentar Independente nos trabalhos das comissões permanentes e especiais.

Solicita ainda mais que a Diretoria Legislativa em conjunto com a Diretoria de Apoio ao Plenário promova os cálculos da nova proporcionalidade de forma a permitir que as comissões permanentes e especiais em constituição possam ser novamente formadas de acordo com a nova composição partidária da Assembléia Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Questão de esclarecimento à Mesa.

O Regimento Interno da Assembléia é muito claro ao estabelecer que as comis-



sões permanentes da Assembléia são formadas de dois em dois anos. Quando da formação das Comissões mesmo sob protesto do Partido do PT foi considerada como representação partidária sete Deputados do Bloco Independente.

Então, a questão de ordem que nós formulamos a Vossa Excelência até para que seja atendido que conste do Regimento Interno para que não seja distorcido o teor da decisão emanada pelo egrégio Tribunal de Justiça do Paraná e que os cálculos a serem feitos para distribuição nas comissões sejam feitos a partir e no momento em que ela foi constituída, ou seja, lá atrás sob pena desta Casa colocar vícios de nulidade sobre todos os trabalhos de comissões realizados até agora.

Nós da Bancada do PT não aceitaremos em hipótese alguma que o cálculo das distribuições das vagas na comissão seja feita com a situação atual das Bancadas. O que nós queremos é que seja feita pela situação que perdurava quando foram constituídas as comissões conforme determina o Regimento Interno que é muito claro. As comissões são formadas de dois em dois anos e tem prazo de 15 dias a partir da instalação do período legislativo, cujo prazo já se inspirou. Então, nós temos a situação anterior com sete Deputados excluídos da constituição porque pertenciam ao Bloco Parlamentar Independente.

Essa é a questão de ordem que formulamos a Vossa Excelência e pedimos que seja resguardada a composição partidária que existia quando da formação das Comissões, sob pena de se desvirtuar o teor da decisão do Tribunal de Justiça que era exatamente de resguardar a participação do PT nas comissões permanentes da Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não entendo nada de direito. Fui um simples motorista e me formei na universidade da vida. No entanto, parece-me absurda a pretensão do nobre Deputado Ernani Pudell porque a decisão chegou hoje à Assembléia Legislativa.

Então, Vossa Excelência em boa hora determinou ao Departamento Legislativo da Casa que efetuassem o novo cálculo de proporcionalidade dos participantes das Comissões Permanentes da Casa. Nós não podemos retroagir, como quer o nobre Deputado, que seria nulidade, então de todos os projetos que já foram votados e de todos os pareceres que já foram exarados.

Agora, reconheço o direito do Partido dos Trabalhadores em participar, pelo menos, da Comissão de Justiça, porque é inadmissível que um Partido que tenha três membros fique de fora da Comissão de Justiça em favor de um que tem dois membros.

Mas, retroagir eu discordo, e acho que a decisão que Vossa Excelência tomou é a mais correta.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós agradecemos a consideração pessoal que o ilustre Deputado que preside a Comissão de Constituição e Justiça devota à Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas nós não estamos concordando com nada, e nem a nossa vontade aqui irá determinar alguma coisa, somos escravos da Lei.

A decisão do Tribunal é muito clara, a liminar tem efeito retroativo, as Comissões são formadas de dois em dois anos. Vossa Excelência que é um dos mais antigos integrantes desta Casa sabe melhor do que eu, que nunca foi praxe do Poder Legislativo ficar revisando todo mês, todo dia a distribuição das Comissões por eventuais trocas de Parlamentares do Partido. Uma vez fixada a composição das Comissões nós tínhamos uma situação de distribuição de Parlamentares dentro do Partido. Essa situação se perdura até que sejam modificadas e refeitas as Comissões, o que ocorre de dois em dois anos.

Então o posicionamento do Tribunal é muito claro, a liminar retroage à época que foi formada as Comissões, e aí a distribuição dos Partidos se estabelece.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu confesso a Vossa Excelência que não li essa liminar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita ao Deputado Ernani Pudell que conclua a sua questão de Ordem.

O SR. ERNANI PUDELL - A minha sugestão a Vossa Excelência, Senhor Presidente, antes que nós tomemos uma posição aqui, que possa vir a sofrer novamente ação e o questionamento da justiça, que Vossa Excelência que é o Presidente desta Casa, o órgão maior do Poder Legislativo nesse momento, que Vossa Excelência juntamente com a Comissão Executiva e talvez com as lideranças partidárias, que nos sentemos à Mesa e encontremos uma solução que possa restabelecer a legalidade das Comissões Permanentes da Casa o mais rapidamente possível e que contemple os interesses partidários que são colocados aqui, antes que qualquer decisão possa vir a ser tomada isoladamente pela Mesa o que poderá ser objeto de um novo recurso judicial, tanto da nossa parte como de um outro Partido que eventualmente se sinta ofendido com essa decisão.

Essa é a minha Questão de Ordem, é o apelo que dirijo a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, para conhecimento do Plenário, informa o artigo 13 no seu parágrafo 6º: "Dissolvido o Bloco Parlamentar é notificada o quanto da representação foi integrada em virtude da desvinculação do Partido, será revista a composição das Comissões, mediante provocação do Partido ou Bloco Parlamentar para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária".

É evidente que esta Presidência ao determinar à Diretoria Legislativa e à Diretoria de Apoio ao Plenário que promova os novos cálculos para a composição das Comissões Permanentes Especiais desta Casa, entende esta Presidência que tanto a Diretoria Legislativa e a Diretoria de Apoio ao Plenário estarão atentos a tudo aquilo que dispõe a nossa Constituição e o nosso Regimento, não havendo porque o Deputado Ernani Pudell levantar esse posicionamento, porque a Diretoria Legislativa e a Diretoria de Apoio ao Plenário ao formularem esses cálculos estarão atentos ao que estabelece o Regimento Interno da Casa.

Além do que, o mandado de segurança impetrado pelo Partido dos Trabalhadores terá, ainda, um julgamento final no seu mérito.

O SR. ERNANI PUDELL - Volto a insistir com Vossa Excelência, Senhor Presidente, dentro da Questão de Ordem, é que o artigo que Vossa Excelência mencionou fala de blocos, a Assembléia não tem nenhum bloco constituído, até porque o único que havia, o Bloco Independente foi desconsiderado, não teve reconhecida a sua característica partidária tal como está apostado no Regimento Interno.

O que nós tivemos de lá para cá foram mudanças na composição das Bancadas, fruto de mudanças de Partidos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Ernani Pudell que faça as suas considerações no Horário que estiver falando no Pequeno Expediente porque a questão de ordem de Vossa Excelência já foi esclarecida pela Presidência.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu só quero saber se a Presidência vai adotar...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência irá adotar, Deputado Ernani Pudell, aquilo que estabelece o Regimento da Assembléia Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu estou pedindo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência já esclareceu.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Analisando o Ordem do Dia desta data nós temos uma proposição 031 do Deputado Cezar Silvestri que pede ao Governo do Paraná a instalação de uma Delegacia da Mulher de Guarapuava.

O Deputado Cezar Silvestre se o pediu é porque sabe dos problemas que acontece na região de Guarapuava.

Vou pular o meu.

O Deputado João Preis pede que o Município de Mandaguá seja denominado a "Capital da Laranja", deve ter os seus motivos para prestar essa homenagem a Mandaguá, onde uma grande parte da minha família ali reside.

O Deputado Anibal Khury pede a criação de um Batalhão da Polícia Feminina na Capital e outro no interior do Estado, há necessidade.

O Deputado Nilton Barbosa preocupado com Umuarama, como ele sempre o faz neste Parlamento, pede a criação de uma Delegacia da Mulher, e com muita prioridade.

O Deputado Oswaldo Trevisan pede para Cornélio Procópio a delegacia, pede a criação de uma Delegacia da Mulher.

O Deputado João Preis denomina Maringá "Capital da Moda", apesar que o Deputado Dirceu Manfrinato já teve um Projeto aprovado como Cianorte sendo a "Capital da Moda", mas não custa nada, é uma idéia.

Eu não estou entendendo, o meu projeto visa criar no Paraná, não é meu, é do Paraná, o projeto não é meu, é dos Senhores, porque eu não sou ninguém nesta Casa, não adianta eu ser o mais votado do Paraná, isso não resolve nada, eu sou igual aos Senhores, todos nós somos Deputados, todos, todos, direitos iguais de plantar aqui as suas idéias, os seus ideais. Ora! Pasmem os Senhores, o meu projeto vai criar um trâmite pá daqui, pá dali, porque o pá daqui não vai colocar no pá de lá, e o pá de lá não vai dar para o pá de cá, e o pá de cá não entra por baixo do pá de lá porque vai atrapalhar um programa.

Meu Deus do céu, as penitenciárias do Paraná estão abarrotadas, é um elefante branco adormecido que pode explodir a qualquer momento. Venho eu a esta Casa e transmito uma idéia, não é minha, é do Deputado Algaci Túlio, o Deputado é testemunha como estão as penitenciárias do Paraná os Senhores todos sabem como é que se encontram as penitenciárias do Paraná. Meu Deus, eu estou dando uma idéia, Senhor Governador vamos criar no Paraná uma série

de penitenciárias do campo, dotada de profissionalização, aonde o preso possa se profissionalizar, aonde o preso possa sair de lá não com uma máquina na mão para matar, ele vai sair de lá; eu quero penitenciárias de Países de 1º mundo, não de 3º mundo, uma penitenciária em que o preso quando sai, sai com sua cédula de identidade, sai com seu CPF, sai com a sua Carteira de Trabalho, sai com uma pequena poupança, como sai nos países desenvolvidos. Ele não precisa passar nos nossos gabinetes, desmintam-me, passar aqui na Casa do povo, adentrar as portas dos gabinetes de todos nós e dizer, eu saí da penitenciária agora, estou sem dinheiro, preciso de uma passagem, preciso de alimento, preciso tirar os meus documentos, porque senão eu vou pegar a máquina e vou matar.

Isto eu estou cansado de ver, isso eu estou cansado de ver. Agora eu estou dando uma idéia, Senhor Governador. O Deputado Alborghetti está dizendo que há necessidade de se criar penitenciárias no campo, para profissionalizar o preso, para dar emprego a psicólogas, a Assistentes Sociais, a pastores, a padres, a engenheiros, a mecânicos. Nós podemos profissionalizar Deputado Colombino Grassano o preso que fica o dia inteiro dentro de uma penitenciária, sabe fazendo o que? Ele levanta de manhã, tem o café da manhã, que muitas famílias brasileiras não têm. Depois ele tem o almoço direitinho, depois ele tem o café da tarde, depois ele tem o seu banho, depois ele tem o jantar e ele passa o dia inteiro jogando bola, peteca, jogando baralho, tampinha e fumando maconha.

Será que eu sou louco de pedir que se criem no meu Estado penitenciárias de 1º mundo, aonde o preso possa se profissionalizar, ter uma profissão definida, sair da penitenciária como ser humano, como gente, porque as penitenciárias, não venham me dizer, que eu tenho tudo filmado, as penitenciárias estão abarrotadas, estão superlotadas, é um elefante branco adormecido. O Senhor não imagina o poder que tem uma penitenciária para explodir a qualquer momento - estou levando idéias ao Governo.

Bom, já que é inconstitucional até dar idéia, então vou para o meu gabinete agora, atender meu povo, sentar na máquina e fazer um ofício. Senhor Governador, boa tarde, boa noite, bom dia - estou dando uma idéia para o Senhor, o Senhor analise bem, se o Senhor achar conveniente, instale uma delegacia para o Deputado Nilton, instale uma delegacia para o Deputado Trevisan. Senhor Governador, mande sua assessoria passar em Guarapuava, o Deputado Cesar Silvestri está preocupado com a sua cidade - que é um pólo industrial do Paraná - ele quer uma Delegacia da Mulher lá, também.

Vou mandar um ofício, aí talvez ele mande o ofício para cá, veta também o ofício. Você cria idéias, tudo é inconstitucional; nada é sério, não vale nada.

Você vem aqui, faz um estudo, faz um trabalho, conversa com o Deputado Algaci - que é Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa. Ele sabe o que estou falando, os Senhores sabem, a Deputada Emilia - a única mulher representante desta Casa da mulher brasileira, no meu Estado - sabe.

Quer dizer, você vem aqui plantar uma idéia, Senhor Governador - a Deputada está pedindo isso - é uma idéia, eu estou dando idéias. O que não posso admitir - veja bem, diz aqui o Deputado Anibal Khury, ele quer criar um batalhão da Polícia Feminina na Capital, para gerar empregos. Ele quer criar um Batalhão da Polícia Feminina no interior do Paraná. Eu estou com um projeto já na gaveta, pronto. Sabe o quê? Levando, ao invés do policial sair lá do interior para vir estudar aqui na Academia do Guatupê, por quê não ter uma em Londrina? Por quê não ter uma em Cascavel? Por quê não ter uma no Sudoeste, por quê não ter uma em Paranavaí?

Estou com um outro projeto aí, onde a viatura sai lá de Umuarama para ser consertada aqui na Capital. Por quê, meu Deus do céu, não criamos setores de abastecimento nas microrregiões do Paraná? Por exemplo, Londrina. Tem que ter um setor de abastecimento, uma oficina mecânica, oficina de pintura, um posto de gasolina com óleo Diesel, troca de óleo, ter uma auto peças. O que é que aconteceu? Furou o pneu. Não tinha que ir buscar no banqueiro do jogo do bicho, não. Vai buscar lá. O Governo tem. Nós vamos buscar o pneu lá. O que aconteceu com a viatura? Fundiu o motor? Vamos resolver o problema aqui. Não precisa ir para Curitiba.

Para quê ir para Curitiba? Para quê? Vem lá do Sudoeste, vem lá da "Conchinchina". Gasta-se dinheiro, fica um cemitério de carros abarrotados.

Então, são idéias e não adianta nem eu trazer para votar, porque a gente senta, levanta; depois vai para lá. Atravessa esse trem aqui de concreto todinho e vai para lá. Chega lá, o homem fala: "É inconstitucional", "é inconstitucional", "é inconstitucional". Volta para cá, derruba tudo.

O Deputado Anibal está querendo gerar emprego para a Polícia Feminina. Mas não, não pode. Atrapalha outros programas.

O Deputado Nilton Barbosa quer uma Delegacia da Mulher. Meu Deus, é uma idéia que ele está dando.

O Deputado Oswaldo Trevisan, de Cornélio Procopio - é uma gigante adormecida. Sei da luta do Trevisan. Sei das suas lu-

tas, dos seus entraves aqui. É bonito ver o Parlamento, ver o Colombino, brigando lá! É bonito! Está, vamos deixar isso! Vejo quando o Algaci briga, o outro briga, o Ernani levanta! Tudo bonito. É a luta pelos interesses do Paraná.

O Trevisan está pedindo uma Delegacia da Mulher. O homem botou aqui - sabe o quê? - "Inconstitucional". Atrapalha o programa, não pode. "Temos problemas mais sérios para resolver no Paraná". E a mulher de Cornélio Procópio...

Quer dizer, poderíamos ter na Delegacia da Mulher, uma psicóloga. Iria gerar emprego em Cornélio Procópio para uma psicóloga, que se forma nas universidades e está desempregada; poderíamos ter uma assistente social e uma delegada para atender a mulher, quando ela se sentir violentada, rasgada nos seus direitos. Mais adiante, o Deputado Florisvaldo Fier deu uma idéia que foi vetada, de se criar ao lado da Delegacia da Mulher, um Pronto Socorro, um SOS Mulher. Porque às vezes, a mulher apanha em casa, é violentada nos seus direitos, vai à Delegacia, a delegada registra a queixa, toma os depoimentos e aí, ela fica na porta da Delegacia pensando: "Bom, se vou para casa, ele me quebra e vou ficar mais quebrada do que arroz de terceira. Se eu voltar aqui para dentro, não tenho condições de ficar. Para onde eu vou? A minha mãe mora em Minas, a outra mora no Sudoeste. Vou lá para a Assembléia ver se arrumo uma passagem para vir embora..."

Criaram aqui um setor para que a mulher, violentada nos seus direitos, quando sair da Delegacia da Mulher, vá ao SOS Mulher. Aí, ela chega no SOS, tem cama, tem psicóloga, assistente social, advogado, fica amparada ali uma semana, até que os trâmites legais do inquérito cheguem ao Poder Judiciário - que, para mim, o Poder Judiciário, do mais humilde funcionário até o Juiz de Direito, ainda representa a guarda da família brasileira, do meu Estado e do meu País.

Queria - finalizando o meu desabafo - pedir um não nestes vetos. Vamos derrubar, por favor! O Cezar não pede nada mais do que uma idéia. Eu estou pedindo idéias. Vamos criar penitenciárias de primeiro mundo! O Deputado Anibal Khury pede que se criem Batalhões da Polícia para gerar emprego à mulher - que pode muito bem ser uma excelente policial e amar a farda que veste - mas ganhando bem, decentemente, não um salário pobre, assassino e indecente.

O Deputado João Preis - coitado do João... Mandaguaçu, uma coisa linda... laranja - o Deputado está pedindo aqui, Governador, vamos dar uma alegria a Mandaguaçu. Não, não pode, é inconstitucional.

Curitiba, terça, em 31.08.93

Tudo bem. Nilton Barbosa: Delegacia da Mulher - é inconstitucional. Oswaldo Trevisan: Delegacia... Tudo é inconstitucional. Hoje vamos votar aqui o projeto do Tribunal de Justiça, que pede aumento aos funcionários. Hum!

O Sr. Cezar Silvestri - Permite-me um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quero antes de mais nada, congratular com seu pronunciamento. Como Vossa Excelência falou, nós que conhecemos nossos municípios, principalmente Guarapuava por ser uma cidade-pólo da Região, um município que hoje tem somente em seu quadro urbano, mais de 150 mil habitantes e, principalmente por sabermos que todos os municípios onde foram criadas as Delegacias da Mulher, os crimes contra a mulher tiveram uma diminuição muito grande. Por esta razão, apresentamos este projeto com diversos Deputados.

Acreditamos que talvez uma das poucas vezes em que este Plenário vai derrubar um veto do Governador do Estado. São vários Deputados de vários Partidos, que têm projetos semelhantes, que estão na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Então, estamos na expectativa que este veto seja derrubado e quero mais uma vez parabenizá-lo pelo pronunciamento.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Quero também cumprimentá-lo pela sua exposição feita da tribuna desta Casa, e dizer que lamentamos, porque a nossa Comissão de Segurança Pública analisou, nestes últimos trinta dias, aproximadamente 15 projetos de lei de autoria dos Senhores Deputados desta Casa, todos pedindo a criação da Delegacia da Mulher.

Ora, se for para a Comissão de Segurança Pública ter o trabalho e reunir esta Comissão, transferir a cada um dos senhores membros da Comissão para que venham exarar seus pareceres, para vir ao Plenário para passar por aqui por uma, duas, três discussões para ser aprovado, e ir ao Palácio para ser depois vetado, é melhor adotarmos uma política nesta Casa, de não mais fazer nenhum projeto de lei, porque nada mais passa, tudo é vetado.

Ora, o Senhor Governador do Estado não tem cumprido o que diz a Constituição do Estado, não tem cumprido o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando da necessidade da criação de casas para menores infratores.

Então, se o Governador do Estado não toma a iniciativa de fazer essas obras, é obrigação desta Casa, através dos Parla-

mentares, de tomarem iniciativas ou através de projeto de lei ou através de uma sugestão. A sugestão está na gaveta do Senhor Secretário, não chega sequer na mesa do Governador. O projeto de lei, ele tem obrigação de responder se é viável ou não, ou sanciona ou veta. O Governador, por exemplo, até hoje não criou a penitenciária para mulheres vítimas da violência. Até agora não criou a Defensoria Pública. São todos projetos de suma importância que o Estado do Paraná não tem e que nós aqui, Parlamentares, sempre colocamos as idéias através dos projetos de lei, e que, lamentavelmente foi vetado.

É bom lembrar, Deputado Alborghetti, que o seu projeto cria as penitenciárias agrícolas rurais em 1989, quando o Governador Álvaro Dias nesta Casa aqui, Vossa Excelência, mais alguns Senhores Parlamentares - que estão aqui que vieram da legislatura anterior - e eu, aprovamos a venda da penitenciária do Ahú aqui em Curitiba, que é um caldeirão que está ali num dos pontos mais valorizados da Cidade de Curitiba - onde explodiu recentemente um caminhão de dinamite - e temendo que aquela dinamite que está lá, que é a penitenciária, exploda a qualquer momento, autorizamos o Governador a vender, a negociar. Até hoje nada foi feito. Vender, para, em troca disso investir no interior do Estado na criação de penitenciárias agrícolas. Cadê o projeto? Nada.

Fica tudo em promessa de campanha, e depois a coisa não acontece. Então, tem razão Vossa Excelência, e eu espero que esta Casa tenha decência, porque há projetos de muitos Parlamentares que fatalmente serão vetados também.

Para derrubarmos estes dois vetos hoje, ou esta Casa vai ficar aqui para dar votos de congratulações, ou votos de pesar. Por isso peço a compreensão de todos os parlamentares.

O SR. LUIZ ALBORGHETTI - Veja bem Deputado

Algaci, tenho o hábito de pegar documentos americanos sobre área de segurança. Eu coleciono. Vou editando crimes hediondos, crimes bárbaros, as penitenciárias. Está saindo uma série de modelos agora da Europa. E eu vi recentemente uma delegacia do Estado da Califórnia em que o policial é proibido de falar com qualquer órgão de imprensa. Lá qualquer delegacia de polícia tem um assessor de imprensa. Ele tem a sala para receber todos os jornalistas da crônica policial. Então, os jornalistas adentram a sala e ele passa tudo que acontece. Aliás, a polícia militar o Senhor sabe porque também tem programa de rádio e maior audiência da crônica policial do Estado do Paraná, o Senhor sabe que a polícia militar é a única que

passa um roteiro de todos os acontecimentos do dia inteiro e da noite inteira.

Então, nos Estados Unidos, por exemplo, acontece um crime hediondo. Quem é que vai falar? É o jornalista responsável. Aí ele chama um delegado para dar a entrevista.

Eu pedi para a Lúcia, para elaborarmos e botar em todas as delegacias, as grandes delegacias das microrregiões de jornalistas profissionais para que eles tenham uma sala e que façam uma assessoria real, decente, mostrando a verdade e o que acontece dentro dos porões de uma delegacia de polícia, mostrando a realidade. A Lúcia disse que não vai dar porque é inconstitucional. Tudo é inconstitucional.

Sr. Lourenço Fregonese (Aparte) - Deputado

Alborghetti, meus parabéns pela coragem por mostrar ao Paraná a clareza do que está acontecendo. Enquanto o Senhor falava com muita razão de um Deputado preocupado com as coisas do Paraná, eu peço que o Senhor olhe para o lado direito. Os Deputados do PMDB, os Deputados governistas foram se retirando do plenário.

Isso comprova o que? Que eles não estão interessados na questão de segurança do Estado do Paraná. Que eles não estão interessados nas questões que interessam ao Paraná.

Veja bem Deputado Alborghetti, Deus queira que hoje a gente consiga derrubar o veto e Deus queira que no ano que vem o PMDB seja banido deste Estado.

O SR. LUIZ ALBORGHETTI - Olha, sinceramente eu nunca vi tanta mediocridade em toda a minha vida! Nunca vi!

Ontem à tarde - e são coisas que magoam qualquer Deputado neste País - chegou uma senhora no meu gabinete, está filmando, eu guardo tudo, com um filho de 7 anos. E a mãe falou para mim: "Deputado, estou aqui com esta receita". E eu perguntei: qual é o problema? E ela disse-me: "É que meu filho não pode ir à escola". Falei: por quê? E ela me disse: "Porque ele não tem dinheiro para comprar um óculos". E eu falei: minha senhora, eu vou dar o endereço e a senhora vai lá na Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Paraná. E, depois de uma hora ela voltou e falou: "Seu Alborghetti, nem olharam para a minha cara". E eu falei: Auxiliadora, mande fazer o óculos!

É Deputados, é a vida, não é? E fazer o que? A caravana passa! E nós vamos passando. Nós temos uma luta neste plenário e ninguém vai nos parar. Vamos continuar hoje, amanhã, sempre e todos os dias. Eu tenho confiança neste Parlamento! Eu tenho confiança nesta Casa que é formada por Deputados sérios, honrados e de caráter. E

acima de tudo, cada qual com sua dignidade e seu valor moral ao seu lado. Tenho certeza que não é o partido político que está aqui. Não é partido político que faz o Deputado ou o político. É o político que tem vergonha na cara que faz o partido político neste Estado e neste País.

E eu que hoje estou no Partido Democrático Brasileiro, não é ele quem me faz. Sou eu que quero fazê-lo. E vou continuar a minha luta, doa a quem doer, virei sempre à tribuna em defesa deste Parlamento, principalmente, na defesa de projetos que vise pagar melhor o Funcionalismo Público deste Estado, que vise que se aprove nesta Casa projetos de alcance social e que vise o bem-estar, a dignidade, a moral, os princípios da família brasileira do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados integrantes do Bloco da Oposição, Deputado Bona Turra.

Subo hoje a esta tribuna para tecer algumas considerações e trazer a minha preocupação em relação à perda de credibilidade que o Governador Roberto Requião vem sofrendo nos últimos dias. Esta perda de credibilidade, por incrível que pareça, não se deve a nenhuma ação orquestrada por nenhum banqueiro esperto que procura desestabilizar o que o Governador chama de um governo popular. Esta perda de credibilidade, infelizmente, nasce do próprio discurso do Governador do Estado.

Ainda ecoa pela Av. Cândido de Abreu o discurso inflamado do nosso Governador se insurgindo contra aquilo que ele chamava um golpe de uma corporação do Poder Judiciário contra um mandato de um Governador eleito. Nem ainda se desmontaram os palanques, nem ainda se pagou o salário dos vários servidores dos municípios que vieram a Curitiba, nem se pagou o aluguel dos ônibus que foram mobilizados pelas Prefeituras, e o nosso Governador do Estado desmente o seu próprio discurso. Mobiliza o Paraná, denuncia pelo Brasil afora aquilo que denominou um golpe contra a democracia. Nem bem tudo isso se passou e o nosso Governador do Estado vai à Cidade de Cascavel e anuncia pela televisão que está cassando o mandato do Diretor da Faculdade local que foi eleito numa eleição democrática pelos estudantes, pelos professores e pelos funcionários daquela instituição.

O Governador do Estado revelou, com isso, um profundo desapego à noção da democracia, a mesma democracia que evocou

para preservar o seu mandato. Uma visão utilitarista e uma ausência de caráter demonstrada nesta questão.

Mas os ataques do Governador do Estado à democracia não param por aqui. Nós negociamos exaustivamente a criação de um fundo de habitação popular no Paraná que trouxesse os avanços que se exige em termos de administração democrática para a nossa sociedade. A participação dos setores da sociedade civil, dos movimentos sociais, dos mutuários, a criação de um fundo que estabelecesse diretrizes de uma política habitacional. Diretrizes objetivas procurando atender a população de baixa renda, aplicação de recursos públicos de forma transparente, em projetos que tenham o menor custo possível com a melhor qualidade possível. Apesar desse Projeto ter recebido a chancela e elaborado em conjunto com a Secretaria de Habitação do Paraná, foi também vetado. Porquê? Porque o nosso Governador se comporta como se fosse eterno, e acredita que ele tem o melhor programa de habitação, e não é preciso estabelecer e fixar em Lei um programa de habitação que seja perene, permanente e que sofra o crivo e a fiscalização da sociedade.

Esse governo perde a credibilidade quando sustenta uma luta dura, mobiliza a opinião pública do Paraná e do Brasil contra os marajás do Poder Judiciário, e hoje nós descobrimos que, atônitos, que os grandes marajás do Paraná não estão no Poder Judiciário, estão nas vinculadas, com seus jetons, com as suas participações em bancos que têm braço no estrangeiro com a participação em companhia de escuro, tudo isso se somando a salários de verdadeiros marajás, que fariam até nós, Deputados, tão condenados pelos nossos vencimentos nos assemelharmos com os humildes servidores do Paraná.

Mas esse Paraná e esse Governo vai perdendo a sua credibilidade quando anuncia pelo Brasil afora que o Paraná é o Brasil que dá certo, e para isso gasta milhões de dólares mostrando, como Cristo, por exemplo, o Programa Bom Emprego. Um Programa que hoje foi revelado pelos jornais do Paraná que gerou apenas oito mil empregos num Paraná com um milhão e setecentos mil indigentes. Esse Paraná que é o Brasil que dá certo aparentemente já resolveu todos os seus programas sociais. Com certeza os indicadores que o IBGE trouxe também, devem fazer parte da conspiração do Banqueiro com seus um milhão e setecentos mil miseráveis. Com certeza deve ser uma conspiração a informação de que nós temos hoje os piores indicadores na área de saneamento, as mais elevadas taxas de mortalidade infantil dos Estados do Sul do Brasil. Apesar disso, como



todos esses problemas estão resolvidos no Paraná, o nosso Governo, que obviamente tem uma administração competente, honesta, visionária, se dedica agora a fazer as obras Federais para o Paraná: agora nós vamos terminar a ponte de Guaíra que é do Governo Federal, vamos duplicar a 116, vamos restaurar as rodovias federais no Paraná, vamos construir ferrovias e assim por diante. Da onde virá o dinheiro para tão grandiosas obras que o Estado do Paraná toma do Governo Federal? Como num passe de mágica se descobre que o fundo de previdência dos funcionários é uma enorme quantidade de dinheiro que não pode ser desprezada. Há poucos dias atrás todos nós parlamentares fomos convencidos de que nós deveríamos aprovar a formação do fundo de previdência do Estado sob pena de em dois anos o Estado estar inviabilizado porque pagaria 80% de toda a sua receita apenas com os inativos. A criação do fundo era portanto uma medida visionária, própria daqueles que são estadistas, necessárias para preservar o Estado no futuro. Mas quanto tempo durou esse compromisso com o futuro do Paraná? Não resistiu as primeiras pesquisas de opinião que dão conta da derrubada do Governo e do fim do domínio do PMDB no Paraná, e agora procura se avançar sobre os recursos do fundo de previdência para financiar grandes obras, em sua grande maioria obras federais no Estado do Paraná. Eu denuncio a operação que pretende acabar com o fundo de previdência como a operação dízimo, dízimo porque atrás das grandes obras sempre vem belas contribuições de campanha. O Paraná se dá ao luxo de construir obras para o Governo Federal, mas não tem uma política industrial. O Paraná se dá ao luxo de desdenhar, de abrir mão da luta, por exemplo pela rota do gasoduto que significaria para o futuro das nossas gerações a implantação de um importante pólo industrial descentralizado cortando oeste a leste de todo o Paraná. O Paraná constrói a sua ferrovia, vamos aplaudir, só apenas um pequeno detalhe, será que essa ferrovia, que tão caro tem custado ao Paraná, ela poderá suportar a concorrência da hidrovia que os paulistas estão terminando de concluir e que segundo informações terá um frete de 1/6 da nossa ferrovia? É por tudo isso Sr. Presidente e Srs. Deputados, que eu quero manifestar aqui a minha indignação, e mais do que isso, a minha decepção. Eu até aceito a imputação de ingênuo porque acreditava eu que quando nós por exemplo do Partido dos Trabalhadores, que temos feito uma oposição tão dura contra o Governo do Estado, nos alinhássemos na defesa do seu mandato, não pela sua pessoa, mas pelo que representa o mandato que emanou das urnas, que nós da oposição temos que aprender a

respeitá-lo como sagrado. Eu esperava que pelo menos a partir daí viesse um pouco mais de coerência do nosso Governador. Ampliar os espaços de participação do povo no Governo, isso é um Governo realmente democrático, um Governo que se permite instituir sistemas de fiscalização popular sobre seus fundos, um governo que tem seu futuro no seu Estado preservando as pensões, os direitos dos seus funcionários a capacidade de investimento para os Governos futuros, um governo, nós esperávamos, que debatesse com a sociedade um projeto de desenvolvimento econômico que pudesse representar uma saída para esses um milhão e setecentos mil paranaenses que recusaram se mudar para Rondônia e para o Paraguai e que querem viver aqui, mas que aqui não encontram emprego, exceto nas propagandas dispendiosas com resultados pífios, como nós temos de alguns poucos programas que o Governo do Estado do Paraná tem estabelecido.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ernani Pudell, não conhecesse as posições de V.Exa., estranharia e indagaria que convergência há entre as posições de V.Exa. e as posições de famigerados e conhecidos inimigos do nosso povo, que têm as suas ramificações, interesses e entendimentos aqui em nosso Estado.

Não conhecesse as posições de V.Exa. e me perguntaria sobre se não é conspiração contra o Paraná e contra os interesses da lavoura e da roça do nosso Estado, contra os interesses dos trabalhadores rurais assalariados, a política que empreende o ministro da Indústria e Comércio contra o algodão, zerando as alíquotas de importação e fazendo liquidar mais de duzentos mil empregos em nosso Estado.

Estranharia que convergência há entre a posição de V.Exa., não conhecesse as posições como conheço, posições ideológicas sobre o que pensa V.Exa. a respeito, não só das implicações e interesses que tem o Grupo Bamerindus em conjunto com o Grupo Vicunha, grande importador de algodão, no zeramento das tarifas e alíquotas de importação ou então sobre o vazamento de informações privilegiadas do âmbito do Ministério da Indústria e Comércio que fizeram, na questão do café, porque vazando portaria que seria editada dias depois, em apenas uma semana liquidar um terço dos estoques brasileiros de café.

Ou então sobre a negativa do Ministro da Indústria e Comércio em revalidar as alíquotas de importação sobre o trigo. E o Ministro da Indústria e Comércio tem conseguido êxitos notáveis ao ponto de V.Exa., por ingenuidade, tenho certeza,

jamais por má-fé comemorar da tribuna da Assembléia Legislativa a hipótese da finalização do ciclo do PMDB no Governo do Estado.

Ao me referir a comemoração de V.Exa. se a alternativa PMDB do Paraná, fosse o Partido dos Trabalhadores, mas não é, ao menos neste instante, prezado Deputado Ernani Pudell todos sabemos que alternativa ao PMDB a que tem perspectiva concreta de poder em nosso Estado, põe-se no campo da direita, da reação e dos declarados inimigos de nosso povo, S.Exa., Deputado Ernani Pudell não desconheceu, nem desconhece neste pronunciamento o êxito que temos aqui no Estado na política habitacional, como também não desconhece o êxito que temos e a vanguarda que assume o Paraná nas políticas de saneamento básico, na implementação das políticas de educação pública, temos vícios, temos defeitos, devemos proceder a crítica mais severa em relação ao desempenho do governo como também devemos proceder e aqui faço eu a autocritica mais severa...

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o aparte de V.Exa.  
(vozes sobrepostas).

O SR. ERNANI PUDELL - Nessa tribuna não procurei - V.Exa. talvez não compreendeu a minha linha de raciocínio.

Não procurava eu estabelecer qualquer semelhança do nosso discurso com as críticas do banqueiro, pelo contrário, mas as semelhanças das atitudes do banqueiro com a do Governador de V.Exa.. Aliança, se houve neste Paraná com interesses e com gente desse tipo, foi a mesma que sustentou a campanha de Álvaro Dias é a mesma que permitiu Martinez ser um Deputado e assim por diante. Eles sempre estiveram juntos. Nós nunca estivemos com eles. Essa questão é fundamental, nobre Deputado e nem eu estou aqui falando sobre as atitudes do banqueiro, condenáveis - e que nós tenhamos duas oportunidades para condená-lo.

Agora, não subestime a capacidade do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos governar não apenas o Paraná. O Brasil. O povo é muito inteligente e deve ter um resquício de memória, para se lembrar que nesses últimos anos foi administrado pelo PMDB de Sarney, foi administrado por Collor, que também era egresso do PMDB e está sendo administrado por Itamar que também é egresso do PMDB.

O Brasil exige mudanças. O Paraná também. Nós não podemos esperar nada de banqueiros, mas nós já aprendemos que o povo não pode esperar nada também, infelizmente, do PMDB que desmente o seu próprio discurso com a sua prática extremamente

equivocada e que nós temos que vir aqui condenar e cobrar atitudes mais coerentes. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra, o Sr. Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz a esta tribuna, é justamente a condenação à guerra civil, não declarada, mas instalada em nosso País, porque são presos no Carandiru, podem ser assassinados. Porque são crianças que dormem na rua, também podem ser assassinadas como foi feito na Candelária. Outros são mortos simplesmente por serem índios, como os Ianomamis; alguns, por serem negros, outros por serem pobres como foi nesse final de semana no Rio de Janeiro. Nós vivemos num País em que existe uma guerra civil, uma guerra declarada, onde alguns se colocam, inconscientemente, do lado da classe dominante brasileira e passa a executar os demais e outros, conscientemente, pagam pelo extermínio dessas pessoas.

O nosso País não pode continuar assim. Não é possível que num País como o Brasil se mata de fome e se mata de morte matada como foram os casos citados. De fome morreram centenas de brasileiros por ano e até milhares, uma vez que de acordo com o IPEA, 32 milhões de pessoas passam fome. Aqueles que não estão passando fome, estão submetidos a um salário ínfimo, medíocre, que somente faz com que a sua alimentação seja o suficiente para que ele mantenha a força de trabalho, para continuar a ser explorado por aqueles que nos dominam, com raras exceções.

O Brasil declara uma guerra civil, onde não é necessário matar de bala, mas já se mata ao não fornecer a escola, a educação e o direito à saúde, e o direito de se viver, ou seja, o direito de ser um cidadão. Ao nos roubar esses direitos, continuamos caminhando pelas ruas, mas somos objetos descartáveis aos olhos de quem nos domina, aos olhos da elite brasileira. Isso tem ocorrido seja no setor público ou seja no setor privado.

O trabalhador não é valorizado e não vive o direito de cidadão. Seja no autoritarismo dos nossos governantes, nos achatamentos salariais dos governantes ou do setor privado, sempre somos vítimas. Em qualquer momento em que nos organizamos, existe os meios de comunicação para nos destruir através de mentiras. Seja na indenização por reivindicação salarial, seja na organização de reivindicações de direitos como saúde, educação, ou outros. Os meios de comunicação são porta-voz daqueles que dominam.

Exemplo recente, a extinção do Fundo



passa a versão do governante, mas não a versão do trabalhador através dos meios de comunicação. Greve de trabalhadores como a da Saúde no Município de Curitiba, passa a versão do governante, mas não a do trabalhador. Os meios de comunicação divulgam que salários são atrasados agora porque foram destruídos os CPDs. Quando a folha de pagamento estava rodada, conforme fita gravada em poder do sindicato e dito pelo Nelton, assessor do Prefeito.

E há também uma fita gravada no sindicato, com a declaração do Vereador J.P. que fez uma vistoria no setor e declara que nada foi destruído. Agora, a versão que se passa ao público é a que somos, trabalhadores, baderneiros e destruidores. Enquanto eles, a elite, matam de todas as maneiras e nada acontece, porque nos dominaram através dos meios de comunicação e outros meios, como o econômico.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As mulheres brasileiras agricultoras estarão amanhã de olho no Congresso Nacional. Quatro milhões de mulheres, entre camponesas e pescadoras artesanais, ainda não são reconhecidas como trabalhadoras, embora trabalhem até poucas horas antes do parto.

As mulheres lavradoras não têm direito que têm as mulheres trabalhadoras urbanas ao salário maternidade. A nossa Constituição de 1988 garantiu, quando garantiu a aposentadoria às mulheres agricultoras que até então não eram reconhecidas, nem para receber a sua aposentadoria depois de 30, 40, 50 anos de trabalho, a Constituição garantia também o salário maternidade, ou melhor, além da Previdência, a equiparação das mulheres trabalhadoras do campo às mulheres urbanas.

O benefício "salário maternidade" havia sido aprovado na regulamentação da Lei 8212/91 da Previdência Social, mas infelizmente não ia sobrar dinheiro para o Collor e o PC roubarem e o ex-Presidente Collor vetou o dispositivo que garantia o salário maternidade até hoje não conseguiu este direito às mulheres lavradoras.

As trabalhadoras rurais trabalham na produção desde os 10 anos de idade e desenvolvem tarefas pesadas em períodos delicados durante a gravidez. Além do que, este benefício é fundamental para que seja garantido um mínimo de condições para a recuperação da saúde da mulher e assistência ao filho, contribuindo, inclusive, para baixar o alarmante índice da mortalidade infantil.

Amanhã estará sendo votado um projeto de lei réapresentado ao Congresso Nacional que traz este direito a mulher lavradora e pescadora artesanal.

Nós estaremos apresentando aqui nesta Casa um requerimento que a Assembléia envie em nome desta Casa aos nossos 30 Deputados Federais do Paraná para que amanhã se façam presentes e aprovem e votem favorável a esta lei que traz esse direito que o Collor roubou das mulheres trabalhadoras rurais do nosso País.

As mulheres, as agricultoras estão se mobilizando de norte a sul do País trabalhando junto ao Congresso Nacional, ao Ministério da Previdência Social para que se garanta este direito. E nós gostaríamos que a Assembléia Legislativa, o Estado produtor rural do nosso País e aqui grandes regiões compostas de mini produtores de pequenas propriedades rurais e que as nossas trabalhadoras possam ter também esse direito ao salário maternidade que já é um direito há muitos anos das trabalhadoras urbanas. Da mesma forma nós queremos que os direitos sejam estendidos às trabalhadoras do campo que muito contribuem e lutam pela produção e pelo crescimento do nosso País.

Esperamos que a nossa Assembléia possa se manifestar e esperamos que os nossos 30 Deputados Federais do Paraná sejam 30 votos a favor da aprovação da lei que institui o salário maternidade à trabalhadora rural do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada, mais propriamente no dia 24 às 11:30 horas da manhã em audiência previamente marcada pelo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social Deputado licenciado desta Casa, Durval Amaral. (Lê):

"A Presidente do INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS, Therezinha Prestes, os Conselheiros Suely Gleich, Gilberto Araújo Hyczy, João Carlos Lorusso e a Arquiteta Rosa Daledone, autora do Projeto de Construção do novo INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS, esta para apresentar o referido projeto, elaborado, graciosamente, pela competente Arquiteta.

A audiência deveria ser com o Senhor Governador, pois foram muitas as tentativas da Presidente do INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS para esse encontro, mas qual foi nossa surpresa, ao ver que fora delegado, pelo Governo, ao Secretário da Ação Social, nos recebeu.

Na oportunidade, a Arquiteta tentou

expor ao Secretário o Projeto, para demonstrar ao titular da pasta, do que constaria o mesmo e as intenções da planta arquitetônica, pois presumíamos ter o Senhor Secretário, condições e alcance para entender o projeto. Qual não foi o nosso espanto quando, em dado momento, a Presidente Senhora Therezinha Prestes, percebeu o desconhecimento do Senhor Secretário sobre o INSTITUTO PARANAENSE DE CEGOS, passou a relatar os problemas que o Instituto enfrenta, além do atual prédio em condições precárias e ainda instaladas em local de grande movimento e perigo, o Senhor Secretário da Ação Social afirmou que não conhecia o Instituto e que também não tinha obrigação de conhecê-lo.

Este, na oportunidade, mostrando-se déspota e menosprezando os presentes com ironia, afirmou que "o que mais queríamos pois, o Requião (expressão do Secretário) referindo-se ao Senhor Governador, já havia ajudado o Instituto, e muito, quando doou o terreno para a construção e que esta ação poderia ter sido feita à uma outra Instituição que reconhecesse esse ato do governo".

Lembramos então ao Secretário, que "Requião" (pessoa) não doou nada, e sim o Governo e, este insistia em dizer que não foi o Governo e sim "Requião", que fez a doação. A Presidente lembrou que era um patrimônio público, doado para uma Instituição que já existia há 55 anos e que se manteve, sempre, a duras penas e até hoje vive às custas do povo, uma vez que a Assistência Social do Estado colabora com uma importância de, nada mais que, Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros reais), por mês e que em contrapartida, nós pagamos, de água e luz, em torno de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros reais) por mês.

A Presidente, ainda lembrou que, sendo o seu trabalho, totalmente filantrópico, merecia, pelo menos, o respeito do Governo em ouvi-la, para a exposição das condições precaríssimas tanto física como de manutenção, para uma das mais antigas e respeitadas entidades do Paraná. O Secretário Durval retrucou, severamente a Sra. Presidente, afirmando que "com ela, muitas outras senhoras fazem esse trabalho de filantropia". Ainda, quando da exposição, a Presidente destacou a visita da Senhora Maristela Requião, acompanhada do engenheiro Francisco Carli, ocorrida em Dezembro de 1992, a mando do Governador, veio informar à Diretoria desta Instituição a aprovação de uma verba solicitada para reforma do telhado do prédio da Escola e da Sede Central de Cr\$ 1.320.000,00 (Um milhão, trezentos e vinte mil cruzeiros reais).

Na ocasião a Senhora Maristela disse

Curitiba, terça, em 31.08.93

que segundo o Senhor Governador, era utopia gastar essa verba neste prédio velho, quando se pensava numa nova construção. Afirmou a Senhora Presidente que "nem a reforma saiu, quanto mais a construção e que isto, para ela, não passava de uma enganação". Foi quando o Secretário repetiu por várias vezes: "a senhora então está afirmando que, o que Dona Maristela foi lhe dizer, foi uma enganação? Vou comunicar isto ao Governador e a Dona Maristela." E Dona Therezinha, não deixou em afirmar que foi isso mesmo que disse!

É de se lembrar ainda que, o Secretário não tinha conhecimento que o Instituto abrigava tantos cegos, dando assistência para 150 (cento e cinquenta) deficientes e mais os alunos da escola, em torno de 60 (sessenta), que são semi-internos, pois quando a Arquiteta expunha o Projeto, ele perguntou se havia alojamento para os cegos na nova construção. E ignorando totalmente o projeto, ainda perguntou o que nós já tínhamos construído deste projeto, no local.

A reunião manteve-se tensa por todo o tempo, inclusive quando a Arquiteta, para acalmar os ânimos, falou ao Secretário que a discussão não deveria se prender ao problema de levar ou não ao conhecimento de Dona Maristela o ocorrido (que o Secretário insistia em repetir), e sim que, ele deveria se preocupar com os que estávamos tratando no momento e que era de grande importância o Projeto de Construção do Instituto. Quando, para espanto geral, o mesmo respondeu que "a Arquiteta não tinha direito de estar naquele local e principalmente dar palpites sobre o que ele deveria fazer".

Desconhece o Senhor Secretário que, todos temos o direito de falar e que ele, um representante do povo, deveria ouvir. A grosseria foi tanta que o Conselheiro Dr. Gilberto Araújo Hyczy, alertou-o que a partir daquele momento ele faria uma campanha contra, evidentemente, a Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Na verdade Sr. Presidente e Srs. Deputados, é lamentável a forma como está funcionando, se é que está funcionando a Secretaria do Trabalho e Ação Social. O Deputado licenciado, Durval Amaral, licenciado por esta Casa para ocupar aquela pasta, tem recebido de quase todos os Parlamentares aqui reprimendas pelo seu trabalho, a forma discriminatória como age em determinados Municípios do Paraná, numa verdadeira campanha política que faz este Secretário.

Eu gostaria Sr. Presidente de constar nos Anais desta Casa um Requerimento que pede a isenção nos Anais do ato de desagravo à Diretoria do Instituto Paranaense

dos Cegos que foi feito por um dos diretores, e eu faço parte do conselho, sou conselheiro do Instituto dos Cegos, senti-me bastante ofendido também pela maneira desrespeitosa do Secretário Durval Amaral. Eu quero apenas ler aqui o final do trecho desse desagravo aqui, quando diz o Doutor Ari de Cristi (?), Presidente do Conselho Deliberativo: "A nova sede da entidade será construída mediante permuta de algum imóvel e certamente com ajuda e o apoio da população sempre generosa para com o instituto".

"Quanto ao Secretário Durval Amaral que demonstrou cegueira aos problemas do Instituto dos Cegos, dirigentes, funcionários, religiosas, internos e assistidos levantaram preces ao bom Deus, pedindo-lhe que restabeleça a visão humana a Sua Senhora, e que o preserve da desventura da cegueira orgânica". Este é o teor do desagravo que faz o Doutor Ari de Cristi (?). Ao mesmo tempo Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou dando entrada à Casa de um pedido de informações em relação as atividades da Secretaria do Trabalho e Ação Social, quero saber do Secretário qual é a política de atendimento à assistência social do Paraná, quais os Municípios atendidos, quais os Municípios atendidos, quais os convênios feitos com essas entidades filantrópicas, porque é sabido: o recanto dos velhinhos do Tarumã está caindo aos pedaços, da mesma forma o asilo São Vicente de Paulo, pelo não atendimento dado por essa Secretaria que é presidida pelo Deputado licenciado aqui desta Casa, Durval Amaral.

Fica aqui também o meu protesto, a grosseria, a incompetência do Secretário Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Grande Expediente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, em virtude da Bancada que sustenta o Governo nesta Casa e dos seus aliados, se ausentaram do Plenário, não por motivo aqui dito pelo Nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti referente ao veto dos projetos 31, 32, 34, 35, 38, 39 e 40; mas sim para não votar Sr. Presidente e Srs. Deputados o Projeto 421, o Projeto 437 e o Projeto 438 do Tribunal de Justiça do Estado, do Tribunal de Contas e da Procuradoria, aonde iria dar uma condição humana dos salários daqueles senhores servidores. É esse o verdadeiro motivo dessa ausência, e eu não ocupo o Grande Expediente nesta tarde porque quero a presença da Bancada que sustenta o Governo para no dia de amanhã nós estarmos aqui e debatermos ombro a ombro o interesse do Paraná.

Se a administração é transparente, as posições não o são. Aqui eu acredito, como o Algaci falou: no Instituto Paranaense de Cegos, ninguém aqui que está presente é cego para ver que eles falam uma coisa e fazem outra dentro desta Casa de Leis.

É isso Sr. Presidente, inscrevo-me para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está inscrito para o Grande Expediente da Sessão de amanhã.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Que se registre a minha presença como Deputado do PMDB e Vice-Presidente Estadual do Partido, como também a presença do Deputado Oswaldo Trevisan; mas sobre tudo que se registre que nesta Casa os enunciados políticos que fazem, e devem fazer os Srs. Parlamentares, o são para o Estado e muito me estranha e esta é a questão de ordem que o Deputado Luiz Carlos Zuk, sempre tão equilibrado nas suas manifestações procure aqui, numa jogada para as galerias, fazer registrar posição de bancada de Governo, a que ele próprio em mais de uma ocasião se tem integrado, aliás com mais a assiduidade, votando as matérias do Governo, do que este Parlamentar que registra aqui o seu protesto pela desconsideração do Deputado Estadual, Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Sr. Presidente, votei e voto todas as matérias do interesse do Paraná. Eu não voto matéria de interesse partidário do PMDB, Tenho a certeza - e aí estão os Anais da Casa - que o ilustre Deputado Bona Turra tem se posicionado, inclusive hoje, nós aqui estamos, como estaremos amanhã pedindo a sua presença, nobre ilustre Deputado, para ouvir o outro lado da TELEPAR, que nesta Casa sempre foi colocado como monólogo.

Nós queremos no dia de amanhã, na visita que nós fizemos, todas as bancadas foram convidadas e ali compareceram para ouvir as explicações devidas ao povo do Paraná e a esta Casa e nós estaremos fazendo, não tenho procuração do Presidente, mas temos uma posição, Sr. Presidente, de trazer ao Paraná a verdade.

Nada me fere de ter votado a favor do Paraná nas matérias que o Sr. Governador mandou a esta Casa, com interesse da população e nada também me impedirá de deixar de ser equilibrado como serei até o final do meu mandato votando contra realmente aos interesses pessoais, que não sejam interesses paranísticos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário

das Lideranças.  
PFL com a palavra.  
(Declina).  
PT.  
(Declina).  
PDT.  
(Declina).  
PMDB.  
(Declina).  
PSDB.  
(Declina).

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (**Pela Ordem**) - A questão de ordem está em que se reitere aqui, mais uma vez Sr. Presidente, a especial vocação que tem o ilustre Deputado Zuk, a quem tenho apreço pessoal de acender uma vela a Deus e outra ao diabo, como é o caso objetivo de tentar aqui fazer a defesa do sindicato do crime instalado na Telecomunicações do Paraná.

Os recentes e exaustivos pronunciamentos que fiz na Assembléia Legislativa, não comportam contestação e mais uma vez o Deputado Luiz Carlos Zuk, pretende como de ficar de bem com o Governador do Estado e também com o ex-Prefeito Lerner fazer o mesmo jogo de ficar de bem com a moralidade pública e com a corrupção instalada.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Não há questão de ordem a definir.  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado, para integrar a Comissão de Reforma à Constituição, pelo PMDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 179/93, subscrito pelo Sr. Desembargador Lima Lopes, do Tribunal de Justiça, constante do expediente, comunicando que através do despacho por mim proferido nos autos de Mandato de Segurança n° 26.979-0, de Curitiba, em que figuram como impetrante o PT e impetrada a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mantive o que ficaria anteriormente decidido, reiterando o deferimento da medida liminar, para o fim de suspender, até o julgamento final do presente mandamus, os trabalhos nas comissões permanentes e temporárias dos integrantes do chamado "Bloco Parlamentar Independente." À Diretoria Legislativa para a providências cabíveis.

Ofício n° 501/93, subscrito pelo Sr.

Deputado Élio Rusch, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25, 26 e 30 do corrente mês, em função de viagens ao Município de Marechal Cândido Rondon, onde participará da posse da nova diretoria da Associação Comercial e da Convenção Lojista do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 183/93, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 02, 09, 16, 17 e 18 do corrente mês, em virtude de trabalhos externos em Comissão Especial. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, indicando 05 (cinco) membros que acompanharão as operações de venda das Ações da Telepar, de propriedade do Estado do Paraná. À Comissão Executiva, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiados, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**) - Queria que ficasse registrado nos Anais da Casa, que não vou defender o sindicato de crime algum, vou mostrar para o Paraná o que eu vi, o que me apresentaram e as provas que me mostraram, nesta Casa nós ouvimos, com o devido respeito que eu tenho pelo Deputado Bona Turra, palavras e não provas, a nossa liderança está esperando até agora ou mais tarde as provas que o ilustre Deputado iria trazer que mostraria realmente as palavras que ele fala nesta Casa.

(Vozes sobrepostas)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Não há questão de ordem a ser decidida.

A Mesa alerta os Srs. Deputados para o artigo 104 § 4° "Em qualquer fase da sessão poderá o Deputado falar pela ordem, para reclamar a observância de disposição expressa no Regimento, exceto no momento das votações em que só o relator e o Deputado de preferência o autor da proposição em votação o farão.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. deve citar o artigo que está sendo violado.

A Mesa determina Chamada Nominal dos Srs. Deputados para verificação de quórum para votação dos vetos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Há requerimento meu sobre a Mesa pedindo preferência de votação para os Projetos de Lei 437, 438 e 421.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, após a chamada nominal dos Srs. Deputados, se houver quórum suficiente porá em votação o seu requerimento.

(É Procedida a Chamada Nominal para verificação de quórum)

Responderam à chamada 19 Srs. Deputados. Não há quórum para a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós gostaríamos, já que está presente aqui o Vice-Líder da Liderança do PMDB, de uma informação, não a nós Parlamentares, mas àqueles que nos visitam hoje, porque a saída repentina da Bancada governista e de seus aliados da Sessões de hoje. Nós queremos ser informados do porquê dessa saída.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs. 437/93, 438/93 e 421/93, para apreciação das mensagens dos Poderes Judiciário e Tribunal de Contas e Ministério Público que trata dos reajustes dos funcionários dos respectivos Poderes. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 012/93, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei n.ºs. 421/93, 437/93 e 438/9. **Prejudicado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n.º 031/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n.º 058/93,

de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNÁRIO.

Ofício/DTL/SAT/n.º 181/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 123/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII, e de conformidade com o 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 058/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a proceder a instalação de uma Delegacia Especializada da Mulher, no Município de Guarapuava.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em causa não significa desatendimento às questões relativas à violência praticada contra a mulher, pois, como bem esclarece a referida Secretaria de Estado, através do Departamento da Polícia Civil, o reduzido número de ocorrências de delitos dessa natureza, em Guarapuava, não justifica a instalação de uma Delegacia Especializada, cujo atendimento vem sendo prestado por órgãos policiais já existentes. Ademais, em razão de estudos procedidos com vistas à viabilidade técnica de tais Delegacias, obteve-se o consenso para sua implementação inicialmente nos municípios sedes de comarcas de entrância final. Portanto, a inserção de outras localidades não pertinentes à referida entrância viria contrariar as diretrizes norteadoras do planejamento e fixação das questionadas delegacias, em nosso Estado.

Outro aspecto relevante que inviabiliza a sanção do questionado plano de lei refere-se a sua flagrante inconstitucionalidade por vício de iniciativa, uma vez que a competência para a propositura de matérias que disponham sobre a estrutura e atribuições das Secretarias de Estado é privativa do Governador do Estado, como bem preceitua o artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(O Proj. de Lei n° 58/93 encontra-se  
publicado no D.A. n° 12, de 09.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 031/93

P A R E C E R:

A presente Proposição Veta o Projeto de Lei n° 058/93, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia de Mulher, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através de Ofício DTL/SAT n° 181/93.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

**Encerrada a Discussão.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. pudesse informar que já não exerço desde o final do semestre passado a Vice-Liderança do PMDB a que renunciei por ocasião da votação de autorização de venda - que foi acompanhada também pela Bancada do PDT, da qual discordei de ações da TELEPAR inclusive ao setor privado.

Portanto, não respondo pela minha Bancada!

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 032/93, veto apostado ao Projeto de Lei n° 219/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Que autoriza o Poder Executivo a criar penitenciárias nas áreas rurais do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

Ofício/DTL/SAT n° 182/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 148/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, veteei o Projeto de Lei n° 219/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder

Curitiba, terça, em 31.08.93

Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao Projeto em referência decorre inicialmente de sua flagrante inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, uma vez que conflita com as disposições do Art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que atribuem ao Governador do Estado iniciativa privativa para a proposição de matérias que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Além deste motivo, já suficiente para inviabilizar o acolhimento do questionado plano de lei, há que se considerar também que, da forma vaga e genérica como a matéria apresenta-se colocada, não definindo o número de estabelecimentos a serem construídos, as localidades a servirem de sede, bem como os respectivos custos financeiros, não há como dar-lhe provimento através da sanção.

Vale ainda ressaltar que não há previsão orçamentária, nem disponibilidade financeira para dar implemento à medida nos termos em que está posta, entretanto, cabe esclarecer que o Governo, preocupado com a gravidade da situação prisional no Estado está investindo, com recursos próprios, a importância de dez milhões de dólares em novas obras e na recuperação do Sistema Penitenciário Estadual, programa este consubstanciado em estudos técnicos realizados pelos órgãos responsáveis da área e que refletem as reais necessidades do Estado. Portanto, criar um outro programa de construção de penitenciárias rurais no Estado, caracterizaria duplicidade de ação governamental na mesma esfera, com custos financeiros incalculáveis, o que, sem dúvida, contraria os mais altos interesses públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(O Proj. de Lei n° 219/92 encontra-se  
publicado no D.A. n° 115/92, de 13.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 32/93  
PROJETO DE LEI N° 219/92

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao Projeto em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais no Estado do Paraná.

Fundamentou o Veto com base (no art.

87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, da Constituição Estadual), por julgá-lo inconstitucional e contrário aos interesses públicos.

A matéria está em condições de ser submetida à apreciação no Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 034/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 085/93, de autoria do Deputado João Preis. Que denomina o Município de Mandaguá de Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado. Com RELATÓRIO DA C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Encerrada a Discussão.**

Ofício DTL/SAT/nº 184/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 135/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 085/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a pretendida denominação de Capital da Laranja não deve ser particularizada, nem tampouco regionalizada pelo fato de que são muitos os municípios paranaenses que se destacam pela expressiva produção de cítricos e, portanto, também merecedores de tal título.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício-

(O Projeto de Lei nº 85/93, encontra-se publicado no DA. nº 19, de 22.03.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 34/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 085/93, de autoria do Deputado João Preis, que tem por finalidade denominar o Município de Mandaguá de Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado.

A justificativa do veto por parte do Executivo foi por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a pretendida denominação de Capital da Laranja não deve ser particularizada, nem tampouco regionalizada,

pelo fato de que são muitos os municípios paranaenses que se destacam pela expressiva produção cítrica e, portanto, também merecedores de tal título.

A negativa Governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Face ao exposto, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 035/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 007/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital, e outro no interior do Estado do Paraná. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

Ofício DTL/SAT/nº 185/93.

Curitiba, 22 de julho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 007/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de um Batalhão de Polícia Feminina na Capital, e de outro no interior do Estado.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo, porque trata de matéria cujo início do processo legislativo é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o mandamento contido no art. 66, inciso III, da Carta Estadual.

Por outro lado, inobstante a inconstitucionalidade apontada, há que levar-se em conta o fato de a medida ferir, também, normas da Legislação Federal (Decretos Leis Federais N°s 667/69, 1.406/75 e 2.010/83 e Decreto Federal nº 88.777/83), que, com respaldo na Magna Carta, condicionam atos de tal natureza a exame prévio da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército. Tal veto deveu-se, ainda, a pronunciamentos da Secretaria do Estado da Segurança Pública, de que no momento não é oportuna "a criação de Batalhão de Polícia Militar Feminina e, sim a reestruturação da organização já existente".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(O Projeto de Lei n° 07/93, foi public. no D.A. n° 73, de 07.06.93 - 1ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 035/93

P A R E C E R:

A presente Proposição/Veto, de autoria do Poder Executivo, manifestada através do Ofício DTL/SAT n° 185/93, objetiva vetar o Projeto de Lei n° 007/93, de autoria do nobre Sr. Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital e outro no interior do Estado do Paraná.

Procedida a análise, conotamos que o veto fora apostado dentro dos prazos constitucionalmente estipulados.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça é de Parecer FAVORÁVEL à apreciação da Proposição Veto em tela, pelo duto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 038/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 350/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama - Pr. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT n° 188/93.

Curitiba, 22 de julho de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 115/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 350/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Umuarama.

Preliminarmente, o Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento por, em razão de sua iniciativa, revestir-se de patente inconstitucionalidade, eis que conflita diretamente com as disposições do inciso IV, do art. 66 da Constituição Estadual.

Outro aspecto impeditivo da sanção é o que diz respeito aos superiores interesses públicos, uma vez que a Polícia Civil vem obedecendo a diretriz norteadora do planejamento e fixação da Delegacia da Mulher em nosso Estado. Em razão dos estudos procedidos a respeito da viabilidade técnica dessa Especializada, obteve-se o consenso para a sua implementação nos Municípios sedes de comarcas de entrância final, onde, evidentemente, não se incluiu o Município proposto.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 350/92 encontra-se publicado no D.A. n° 164/92, de 17.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO N° 38/93

P A R E C E R:

Sob os aspectos constitucionais, legais ou regimentais, inexistem óbices à apreciação desta Proposição de Veto n° 38/93 aposta ao Projeto de Lei n° 350/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza instalação de Delegacia da Mulher no Município de Umuarama.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 039/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 423/92, de autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procopio. Com RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT n° 189/93.

Curitiba, 22 de julho de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 118/93 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 423/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos superiores interesses públicos, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procopio.

A negativa de sanção ao Plano de Lei



em referência não pressupõe a despreocupação do Governo em relação às questões que envolvem quaisquer tipos de violência contra a mulher, porém, como esclarece a Secretaria de Estado de Segurança Pública, através do Departamento de Polícia Civil, o número de ocorrências registradas por mulheres vítimas de violência naquele Município é tão reduzido, que não justifica a criação de uma Delegacia Especializada. Outrossim, cabe esclarecer que, com a inauguração da nova sede da subdivisão, prevista para meados do próximo ano, será instalado, na mesma unidade, um setor de atendimento específico à mulher.

Além do exposto, outro aspecto que impede seu acolhimento refere-se à inconstitucionalidade pela iniciativa, uma vez que, consoante ao mandamento do art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, somente ao Governador do Estado compete a propositura de matérias desta natureza.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(O Proj. de Lei n° 423/92, encontra-se publicado no D.A. n° 178/92, de 09.12.92)

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 040/93, Veto de Aposto ao Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que denomina de "Capital da Moda do Paraná", a Cidade de Maringá. Com RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Encerrada a discussão.**

OF/DTL/SAT n° 190/93

Curitiba, 22 de julho de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 122/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, de acordo com os arts. 87, inciso VII e 71, § 1°, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 047/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do entendimento de que a pretendida denominação de "Capital da Moda" não deve ser particularizada, pelo fato de que são muitos os industriais de confecções e vestuários e, portanto, também seriam merecedores de tal título.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício  
(O Proj. de Lei n° 47/93, encontra-se publicado no D.A. n° 09, de 03.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 040/93

P A R E C E R:

A presente Proposição Veto, de autoria do Poder Executivo, manifesta através do ofício DTL/SAT n° 190/93, objetiva vetar o Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do nobre Senhor Deputado João Preis, que denomina de "Capital da Moda do Paraná", a cidade de Maringá.

Procedida a análise, constatamos que a manifestação do veto fora apostado dentro dos prazos constitucionalmente estipulados. Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável a apreciação da presente Proposição Veto pelo duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei no 367/92, de autoria do Deputado DR. ROSINHA, que institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 367/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dr. Rosinha, o Projeto de Lei n° 367/93, ora sendo examinado por este relator, institui o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde.

O retro citado plano de lei, recebeu em Plenário Emenda Modificativa, passando o seu Art. 1°, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Sistema de Centrais de Vagas Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado do Paraná."

Como resultado do exame proferido, nada foi encontrado de irregular sob o aspecto legal, regimental ou constitucional, fatos que levam este relator a emitir o seu parecer favorável, na forma da Emenda Modificativa apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Paulo Maia e Arlindo Trojan.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 184/93, de autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que dá nova redação ao inciso I, do art. 4°, da Lei n° 8.084, de 05 de junho de 1985. (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Encerrada a discussão.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. Retirado pelo autor.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 265/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que dispõe sobre o controle de comercialização de Benzina, Êter, Thinner e Cloroformio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. EMENDA da C.S.P.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 039/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que fica o Poder Executivo Estadual, autorizando a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização de Pedra-Brita e Areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço.

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO,  
DE N°01, AO PROJETO DE LEI N° 039/93

O artigo 1° do Projeto de Lei n° 039/93, passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir a alíquota do ICMS, para até 7%, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 31.08.93.

(a) TOTI COLAÇO

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL,  
DE PLENÁRIO, DE N° 02

Art. 1° - Fica o Poder Público Estadual, através do Conselho de Habitação, autorizado a reduzir para 7% o ICMS, incidente na comercialização de pedra-brita e areia, utilizadas na construção de moradias populares no Estado do Paraná;

Parágrafo Único - A autorização de que trata o "caput" do presente artigo, será mediante apresentação de Projeto de Habi-

tações populares nos moldes propostos no artigo 7° do Fundo Estadual de Moradia Popular - FEMP;

Art. 2° - Os procedimentos referentes a restituição do índice subsidiado serão regulamentados pela Secretaria da Fazenda em conjunto com a Secretaria da Habitação - Fundo Estadual de Moradia Popular - FEMP;

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor, 30 (trinta) dias após sancionada a lei instituidora do Fundo Estadual de Moradia Popular, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.07.93.

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Algaci Túlio, Lourenço Fregonese e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente Emenda Modificativa a adequação do presente projeto ao Fundo Estadual de Moradia Popular - FEMP.

**Encerrada a discussão.**

O Projeto será encaminhado à Comissão Competente.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 166/93, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que cria Força Mirim, FVM, no Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.E.M.A.. **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 276/93, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que determina a sinalização dos locais onde haja Edificações Históricas, Sítios Culturais e Reservas Ecológicas, nas Rodovias Estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.M.A.. **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 008/93, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 01/93), que dá nova Redação ao Art. 3° e seu Parágrafo Único da Lei n° 7389 de 12 de novembro de 1980, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A. e C.E.C.E.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 5, de 16.02.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 008/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 008/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 01/93, ora sendo analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, propõe nova redação ao artigo 3° e seu Parágrafo Único, da Lei n° 7.389, de 12 de novembro de 1980, conforme especifica.

O presente Plano de Lei consulta plenamente aos superiores interesses da Administração Pública, e sem sombra de dúvidas, trata-se de ato de compreensiva racionalidade operacional, uma vez que também eliminara a duplicidade de atuação de Instituições Governamental.

Não encontrando esta Comissão, óbice algum, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, para sua normal tramitação e conseqüente aprovação por esta Augusta Casa de Leis, emite o seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI N° 008/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem do Poder Executivo de n° 01/93, o Projeto de Lei n° 008/93 tem por finalidade de atribuir nova redação ao artigo 3° e seu parágrafo único da Lei n° 7.389, de 12 de novembro de 1980, na parte em que define o órgão encarregado do exame e anuência prévia para aprovação, pelos municípios, dos projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas como de interesse e proteção ambiental para os fins do disposto na Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, bem como dos órgãos que atuarão, quando necessário, como órgãos consultivos para o cumprimento da Lei em epígrafe.

Previamente, cumpre destacar o caráter vanguardista da Lei n° 7.389, que há mais de doze anos, definiu os critérios para tratamento das áreas consideradas especiais de interesse turístico, situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá. Tal dispositivo, oportunamente, fixou normas da maior importância para a preservação da ecologia e do meio ambiente, principalmente quando da ocupação das áreas de interesse turístico em nosso Litoral.

Consultado sobre a proposta de alteração enviada pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, este Relator é de parecer que a matéria merece acolhida, por não modificar o mérito da Lei, antes pelo contrário, adequando-a para que tenha melhor execução na parte afeta à competência dos órgãos do Poder Público Estadual.

O parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N° 008/93

Autor: PODER EXECUTIVO

P A R E C E R:

A oportunidade e conveniência da de-

flagração do processo legislativo são do Executivo.

Mas, sendo a matéria meramente autorizatória e consultar os altos interesses da Educação e do Ensino, somos de parecer favorável.

É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 18.08.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI  
Presidente e Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 040/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO. Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a reduzir até 7% o ICMS, incidente na comercialização do Ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 8, de 02.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 040/93

P A R E C E R:

O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares, neste Estado.

Analisada a matéria, a mesma encontra-se em conformidade com a legislação que disciplina a matéria, opinando, para tanto, pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 040/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a reduzir até 7% o ICMS incidente na comercialização de ferro, utilizado na construção de moradias populares no Estado do Paraná.

Procedida a análise legal da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
JOÃO PREIS - Relator

Há emendas de Plenário.

Serão apreciadas em 2.<sup>a</sup> discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei Complementar n° 046/93, de autoria do Deputado ANI-

BAL KHURY, que revoga o artigo 7º, da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 09, de 03.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 046/93

P A R E C E R:

Objetiva o projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Anibal Khury, revogar o Art. 7º da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989.

Com a proposição descrita, objetiva o autor modificar um dos institutos que constituem o regime organizacional da estrutura da Polícia Civil. Entretanto, estabelecem o Art. 66, inciso III, da Constituição Estadual, ser de iniciativa privativa do Governador do Estado leis que disponham sobre organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

Assim sendo, entendemos viciada de inconstitucionalidade a matéria, em razão da competência de iniciativa, motivo que nos leva a dar parecer contrário à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 18/93  
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o projeto de lei em exame visa revogar o Art. 7º da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre vencimentos da Polícia Civil do Estado.

Designado relator o Deputado Oswaldo Trevisan, mereceu deste parecer contrário, sob a alegação de que infringe o disposto no inciso III, Art. 66, da Constituição do Estado, que relaciona a matéria entre aquelas cuja iniciativa seria de competência exclusiva do Governador do Estado.

O dispositivo invocado diz:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;"

Note-se que no corpo do artigo é bem clara a ressalva de poder haver exceções desde que amparadas em outro dispositivo do texto constitucional.

"Data vênua", com todo o respeito que merece a opinião do Deputado Relator, num exame mais acurado da Carta Magna de nosso Estado, verificamos que o dispositivo in-

vocado, através do qual se pretende conferir a competência exclusiva ao Poder Executivo para legislar sobre o assunto, é reproduzido em quase sua totalidade pelo inciso XI, do Art. 53, do mesmo diploma legal, que confere as mesmas prerrogativas ao Poder Legislativo, quando diz:

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no Art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública;"

Como se verifica, já que o Art. 66, acima transcrito, ampara claramente as exceções previstas na Constituição, e ao se constatar que o dispositivo do Art. 53, também transcrito, elenca a iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury entre aquelas que se podem originar do Legislativo, não vemos como se lhe possa atribuir qualquer vício quanto à iniciativa.

Nestas condições, requeremos ao Excelentíssimo Senhor Deputado Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça que acate este voto em separado, pela aprovação, e o submeta à apreciação deste colegiado.

É o voto em separado.

(a) NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 046/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, revogar o artigo 7º da Lei Complementar nº 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analísado pela Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer contrário, fundamentado na prerrogativa de incorrer em vício de origem, em vista da matéria ser de competência exclusiva do Governador do Estado.

O artigo 66 da Constituição Estadual, o qual fundamenta o parecer daquela Comissão, diz: "Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - Organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar".

Analísando o próprio artigo supracitado, notamos constar, que o mesmo ressalva poder haver exceções desde que amparadas em outro dispositivo do texto constitucional. Esta exceção, encontramos no artigo 53 da Constituição do Estado, cuja

redação afirma: "Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XI - Organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública".

Como se verifica, o artigo 53 da Constituição Estadual, elenca a iniciativa do Deputado Anibal Khury entre aquelas que se podem originar do Poder Legislativo, não existindo, desta forma, o supramencionado vício de origem.

Deste modo, o nosso parecer é favorável ao trâmite deste projeto nesta colenda Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 046/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, revogar o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analísado pela Comissão de Constituição e Justiça mereceu parecer contrário, sendo que em análise pela Comissão de Finanças, mereceu parecer favorável.

Esta Comissão de Segurança Pública, em análise ao mérito da questão, acredita que a Lei n° 46/89 "marginalizou" os Escrivães, Detetives e Agentes de Segurança, quando foram desvinculados dos Delegados de Polícia, já que a Polícia Civil é uma instituição que não funciona somente com o trabalho desses, mas principalmente com a colaboração daqueles, que prestam inestimáveis serviços à população.

Deste modo, deixando aqui o nosso voto de apoio à Comissão de Finanças pelo seu parecer acertado, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 395/93, de autoria do Deputado Anibal Khury. Estabelece normas para concessão de certidões para Prefeituras. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ.no D.A. n° 108, de 11.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 395/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo estabelecer normas para concessão de certidões para prefeituras.

Esta Comissão foi chamada a opinar quanto à constitucionalidade e legalidade do mesmo.

Não encontramos óbices, manifestamos-nos favoravelmente à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 395/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por finalidade estabelecer normas para concessão de certidões para Prefeituras.

A medida proposta recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Deferido.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 395/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 421/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná fixa, conforme especifica, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Encerrada a discussão. (Publ.no D.A. n° 111, de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 421/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 421/93, oriundo do Tribunal de Contas, tem por finalidade fixar, a partir de 1° de agosto de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, con-

forme específica.

Da análise do referido projeto, e não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 421/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, através do Ofício n° 1526/93, objetiva fixar, a partir de 1° de agosto de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme específica.

A presente matéria já recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Nestas condições, esta Comissão posiciona-se também, pelo parecer favorável, opinado pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 437/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reajusta, conforme específica, a partir de 1° de agosto de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. n° 115, de 23.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 437/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça de Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos dos cargos efetivos e inativos do Poder Judiciário.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMÍLIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 437/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, objetiva a partir de 1° de agosto de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário.

Sobre a matéria houve o pronunciamento Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão, pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 438/93, autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Reajusta os valores dos níveis de vencimentos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em julho de 1993, ficam a partir de 1° de agosto de 1993, reajustados na forma que específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Encerrada a discussão.** (Public. no D.A. n° de 23.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 438/93

O presente plano de lei, de autoria do Ministério Público do Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos dos cargos efetivos e inativos da Procuradoria Geral de Justiça.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93.  
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente.  
EMÍLIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 438/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público do Estado, tem por finalidade reajustar os vencimentos dos cargos efetivos e inativos da Procuradoria Geral de Justiça.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e

regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 012/93, autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Autoriza a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu.

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Novo, sobe por este até a foz do correjo Engano, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde alcança, por uma linha seca e reta, o cruzamento da estrada Serraria das Formigas - Quedas do Iguaçu, com uma estrada vicinal, seguido pela estrada sentido Quedas do Iguaçu, até alcançar outro cruzamento, com a estrada que vai até o Rio Formiga, deste cruzamento segue por uma linha seca e reta até o Rio Campo Novo, na foz do Córrego dos porcos, subindo por este e depois pelo primeiro afluente a margem direita até a estrada para Alto Alegre, segue por esta, até o cruzamento com uma estrada vicinal, seguindo por esta estrada vicinal, até alcançar, por uma linha seca e reta sentido Leste/Oeste a nascente do Córrego Canhadão, pelo qual desce até a sua voz no Córrego Marreco, desce por este até a sua foz no Rio Mato Queimado, sobe por este até o afluente a margem direita, o qual faz parte da divisa distrital de Mato Queimado, sobe este afluente, até sua cabeceira e segue pelo divisor dos Rios Guarani e Mato Queimado até alcançar a nascente do Córrego Laranjal, desce este até sua foz no Rio Guarani, sobe por este até encontrar a divisa intermunicipal com Nova Laranjeiras, segue por esta, linha seca, até a nascente do Rio da União, desce por este até a foz com o Rio das Cobras, desce por este até atingir a foz com o Rio Iguaçu, segue pelo Rio Igua-

çu até a foz com o Rio Campo Novo, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Toti Colaço, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Emilia Belinati, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Paulo Maia, Nilton Barbosa e Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3206, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3193, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3191, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3186 e 3187, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3170, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3217, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado para os devidos fins.**

Requerimento nº 3203, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **À Comissão Executiva para apreciar.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira dia 01, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 031, 032, 034, 035, 038, 039 e 040/93.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/93.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 008 e 040/93 e do Projeto de Lei Complementar nº 046/93.



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 166, 184 e 276/93.

EM DISCUSSÃO:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 421, 437 e 438/93 e do Projeto de Resolução n.º 012/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 214 e 295/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Paulo Maia, Emilia Belinati, João Iensen, Toti Colaço e Luiz Antonio Setti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 380/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 2) Projeto de Lei n.º 367/92 do Deputado Doutor Rosinha. PARECER FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO. 3) Proposição Veto n.º 45/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n.º 183/93, do Deputado Ernani Pudell. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 4) Projeto de Lei n.º 349/93 do Deputado Antonio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 5) Projeto de Lei n.º 335/93 da Deputada Emilia Belinati. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 6) Projeto de Lei n.º 314/93 do Deputado Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 7) Projeto de Lei n.º 365/93 do Deputado Namir Piacentini. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 8) Projeto de Lei n.º 395/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 9) Projeto de Lei n.º 381/93 do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 10) Projeto de Lei n.º 393/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 11) Projeto de Lei n.º 364/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 12) Proposição Veto n.º 41/93, do

Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n.º 257/92 de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Lygia Pupatto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 13) Projeto de Lei n.º 377/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 14) Projeto de Lei Complementar n.º 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 15) Projeto de Lei n.º 293/93 do Deputado Nelson Garcia. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa. 16) Projeto de Lei n.º 361/93, do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 17) Projeto de Lei n.º 346/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 18) Projeto de Lei n.º 159/93 do Deputado Heinz Herwig. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 19) Projeto de Lei n.º 351/93, do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 20) Projeto de Lei n.º 374/93 do Deputado Djalma de Almeida César. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 21) Projeto de Lei n.º 387/93 do Deputado Carlos Simões. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti. APROVADO. 22) Projeto de Lei n.º 390/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 23) Projeto de Lei n.º 384/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 24) Projeto de Lei n.º 396/93 do Deputado Namir Piacentini. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 25) Projeto de Lei n.º 358/93 do Deputado Lourenço Fregonese. PARECER FAVORÁVEL na forma da emenda Substitutiva, do Deputado Nelson Garcia. APROVADO. 26) Proposição Veto n.º 30/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n.º 93/93, do Deputado Cezar Silvestri. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA da 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lido e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia: Pro-



jeto de Lei nº 230/92 de autoria do Deputado João Iensen. Relator Deputado Mário Bezerra. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 261/93 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Mário Bezerra. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 316/93, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto. Relator Deputado Domingos Carvalho. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei nº 372/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator Deputado Domingos Carvalho. PARECER FAVORÁVEL, APROVADO. Projeto de Lei nº 378/93, de autoria do Deputado Paulo Maia. Relator Deputado João Preis. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
Gisele Pacheco - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
ATA DA 1ª REUNIAO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil e novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, o Senhor Presidente iniciou a discussão sobre o caso da instalação de um depósito de explosivos da empresa SPIGMA no município de Almirante Tamandaré.

O Senhor Presidente, Deputado Algaci Túlio, informou que extra-oficialmente a empresa SPIGMA Comércio e Representação de Produtos para Mineração já comunicou que não mais pretende instalar um depósito na localidade de Juruki, em Almirante Tamandaré. A seguir, perguntou ao Tenente Nobuaki Morodame, quais as providências tomadas pelo Exército no caso da empresa SPIGMA. O tenente informou que a empresa SPIGMA solicitou vistoria para concessão da "CR" que permite a operação com explosivos e obriga a empresa a cumprir as normas pertinentes. Disse que a vistoria foi realizada e que obteve aprovação prévia, sendo necessário, entretanto, o atendimento pela empresa às normas da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, quanto a alvará, zoneamento, áreas de mananciais e proteção ambiental. Segundo o tenente Nobuaki, dentro das normas do Exército a empresa está "a priori", em condições de

instalar o depósito, entretanto, a vistoria não é final e, portanto, ainda não há autorização oficial do Exército para sua instalação. A seguir, falou dos critérios adotados pelo Exército para realização da vistoria. O Deputado Algaci Túlio sugeriu, então, que o Exército passe exigir, também, daqueles que requerem a vistoria a comprovação da propriedade ou locação da área para instalação, autorização da Prefeitura Municipal e contrato de formação da empresa. Foi apontado, ainda, o problema das servidões na localidade de Juruki, o que inviabilizaria também a instalação do seu depósito naquela área. O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Almirante Tamandaré, Luciano Gulin, informou que a empresa SPIGMA solicitou alvará para instalação de um escritório na Rodovia dos Minérios, altura do Posto LM, e que, através dessa solicitação, teve conhecimento de que a empresa pretendia instalar, posteriormente, um depósito de acessórios para mineração (explosivos). Assim, segundo o Secretário Luciano Gulin, a Prefeitura de Almirante Tamandaré concedeu apenas o alvará para o escritório. Disse ainda que a SPIGMA não obteve ainda licença junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para instalar-se no Juruki. O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, ouvido a seguir apresentou cópia do alvará concedido pela prefeitura para a instalação de um escritório da empresa SPIGMA na Rodovia dos Minérios, contrariando denúncias feitas nos meios de comunicação, de que a Prefeitura já teria concedido alvará para o depósito. O prefeito teme que a empresa consiga o alvará por via judicial, caso o Exército conceda a autorização. Mas comunicou que, como Prefeito, já determinou a paralisação das obras que a SPIGMA vinha realizando no Juruki. O Senhor Cid Gulin, advertiu, porém, para os recursos que a Prefeitura recolheria com a instalação da SPIGMA em Almirante Tamandaré, através de imposto de circulação de mercadorias. Diante disto, o Deputado Algaci Túlio sugeriu que o prefeito estudasse uma outra área para instalação do depósito, garantindo acima de tudo o bem-estar da população e a proteção ambiental, no que obteve a concordância do Senhor Prefeito Cid Gulin. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
Gisele Pacheco - Secretária